

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300145801	CNPJ 40.432.544/0001-47	
NOME EMPRESARIAL CLARO S/A		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/12/2019 a 31/12/2019
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIÁRIO GERAL	NÚMERO DO LIVRO 268
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 8C.D6.7F.43.E6.2C.E6.2C.59.59.20.3D.D0.AB.F0.F4.28.C5.56.B6	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	40432544000147	CLARO S A:40432544000147	57992712001943046	13/06/2019 a 12/06/2022	Sim
Contador	72827890968	RICARDO BASSO GAINO:72827890968	442375476973440242 0	09/02/2018 a 08/02/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:
8C.D6.7F.43.E6.2C.E6.2C.59.59.20.3D.
D0.AB.F0.F4.28.C5.56.B6-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 04/07/2020 às 11:46:13

9C.4D.0B.EF.E1.6D.56.89
96.3D.08.E4.D1.5D.8E.67

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 268

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CLARO S/A
NIRE	35300145801
CNPJ	40.432.544/0001-47
Número de Ordem	268
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	23/04/1992
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2019
Quantidade total de linhas do arquivo digital	93949997

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CLARO S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO GERAL
Número de ordem	268
Quantidade total de linhas do arquivo digital	93949997
Data de início	01/12/2019
Data de término	31/12/2019

DADOS DAS ASSINATURAS



Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 268

Dados das Assinaturas da Escrituração

Qualificação do Assinante	Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)
Tipo do Certificado	Pessoa Jurídica
CPF / CNPJ	140.448.620-87
Nº de Série do Certificado	57992712001943046
Nome do Signatário	CLARO S A:40432544000147
Autoridade Certificadora Emissora	AC SERASA RFB v5
Validade	13/06/2019 a 12/06/2022
Qualificação do Assinante	Contador
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	728.278.909-68
Nº de Série do Certificado	4423754769734402420
Nome do Signatário	RICARDO BASSO GAINO:72827890968
Autoridade Certificadora Emissora	AC SERASA RFB v5
Validade	09/02/2018 a 08/02/2021

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 268

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita operacional, líquida		R\$ 29.503.900.493,24	R\$ 34.638.296.721,11
(-) Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas		R\$ (19.433.535.204,92)	R\$ (19.040.051.264,91)
Lucro bruto		R\$ 10.070.365.288,32	R\$ 15.598.245.456,20
(-) Despesas comerciais		R\$ (6.926.261.836,54)	R\$ (7.282.743.373,15)
(-) Despesas gerais e administrativas		R\$ (2.266.523.601,50)	R\$ (2.695.931.819,57)
(-) Resultado de equivalência patrimonial		R\$ 448.382.135,45	R\$ (10.979.644,30)
Outras receitas operacionais, líquidas		R\$ 3.331.297.089,34	R\$ 520.875.427,63
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuiç		R\$ 4.657.259.075,07	R\$ 6.129.466.046,81
Receitas financeiras		R\$ 1.742.931.732,93	R\$ 844.253.587,54
(-) Despesas financeiras		R\$ (4.605.039.406,49)	R\$ (4.445.954.656,50)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		R\$ 1.795.151.401,51	R\$ 2.527.764.977,85
(-) Imposto de renda e contribuição social correntes		R\$ (477.394.337,89)	R\$ (351.296.402,22)
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos		R\$ 49.047.741,45	R\$ (403.920.043,13)
Lucro líquido do exercício		R\$ 1.366.804.805,07	R\$ 1.772.548.532,50

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 268

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
TOTAL DO ATIVO		R\$ 71.103.507.981,75	R\$ 75.705.888.695,15
Ativo circulante		R\$ 13.093.978.850,85	R\$ 9.557.066.546,42
Caixa equivalente de caixa		R\$ 62.843.917,69	R\$ 132.627.301,91
Contas a receber líquidas		R\$ 4.733.118.869,92	R\$ 4.764.486.900,08
Partes relacionadas		R\$ 3.879.085.339,93	R\$ 2.269.085.710,67
Estoques		R\$ 338.359.774,08	R\$ 295.801.156,98
Tributos a recuperar, líquidos		R\$ 2.810.965.861,48	R\$ 548.643.395,54
Despesas antecipadas		R\$ 802.963.757,96	R\$ 989.317.573,73
Outros ativos contratuais		R\$ 262.931.594,94	R\$ 224.788.586,78
Ativo atuarial		R\$ 0,00	R\$ 135.928.073,64
Outros ativos		R\$ 203.709.734,85	R\$ 196.387.847,09
Ativo não circulante		R\$ 58.009.529.130,90	R\$ 66.148.822.148,73
Tributos a recuperar, líquidos		R\$ 1.739.320.688,94	R\$ 1.836.304.907,10
Tributos diferidos, líquidos		R\$ 7.456.970.444,30	R\$ 7.333.060.018,78
Depósitos judiciais		R\$ 3.288.027.348,16	R\$ 3.373.656.175,60
Ativo atuarial		R\$ 393.675.000,00	R\$ 205.175.926,36
Despesas antecipadas		R\$ 901.583.459,93	R\$ 1.170.325.813,82
Outros ativos contratuais		R\$ 21.950.986,06	R\$ 11.883.344,27
Outros ativos		R\$ 156.946.456,44	R\$ 81.035.915,79
Investimentos		R\$ 1.322.423.798,02	R\$ 1.407.276.284,09
Imobilizado		R\$ 32.399.068.679,92	R\$ 40.662.736.959,19
Intangível		R\$ 10.329.562.269,13	R\$ 10.067.366.803,73
Total do Passivo		R\$ 71.103.507.981,75	R\$ 75.705.888.695,15
Passivo circulante		R\$ 20.088.588.919,28	R\$ 16.646.887.751,21
Fornecedores e outras contas a pagar		R\$ 10.413.497.245,36	R\$ 8.772.706.869,72
Empréstimos, financiamentos e debêntures		R\$ 2.480.463.580,88	R\$ 1.533.502.661,78
Obrigações fiscais, líquidas		R\$ 101.908.855,03	R\$ 86.603.736,39
Provisões		R\$ 424.942.256,21	R\$ 478.409.333,11
Partes relacionadas		R\$ 6.041.790.100,27	R\$ 3.778.398.632,88
Receitas diferidas		R\$ 79.029.219,69	R\$ 50.822.525,18
Passivo atuarial		R\$ 16.216.035,73	R\$ 14.562.678,24
Passivo de arrendamento		R\$ 0,00	R\$ 1.519.640.269,36
Outras obrigações		R\$ 530.741.626,11	R\$ 412.241.044,55
Passivo não circulante		R\$ 35.906.310.307,71	R\$ 42.722.516.408,12

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 268

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Fornecedores		R\$ 341.578,91	R\$ 769.880.326,33
Empréstimos, financiamentos e debêntures		R\$ 2.601.198.434,82	R\$ 4.555.078.247,78
Obrigações fiscais, líquidas		R\$ 145.017.918,58	R\$ 145.018.101,98
Provisões		R\$ 7.178.192.746,65	R\$ 7.400.399.401,84
Partes relacionadas		R\$ 24.221.616.764,41	R\$ 22.336.815.143,17
Passivo atuarial		R\$ 1.486.564.345,34	R\$ 2.356.883.672,05
Passivo de arrendamento		R\$ 0,00	R\$ 4.724.383.168,98
Receitas diferidas		R\$ 151.031.610,60	R\$ 125.232.167,19
Outras obrigações		R\$ 122.346.908,40	R\$ 308.826.178,80
Patrimonio Liquido		R\$ 15.108.608.754,76	R\$ 16.336.484.535,82
Capital social		R\$ 18.722.518.418,04	R\$ 18.738.787.871,39
Reserva de capital		R\$ 1.219.758.601,32	R\$ 1.203.489.147,97
(-) Reserva de lucros		R\$ (8.090.099,16)	R\$ 18.292.290,40
(-) Outros resultados abrangentes		R\$ (195.550.697,34)	R\$ (736.029.523,29)
(-) Prejuízos acumulados		R\$ (4.630.027.468,10)	R\$ (2.888.055.250,65)

CLARO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2019

Senhores Acionistas: A Administração da Claro S.A. ("Claro" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

1 - Introdução: A Claro S.A. é uma Companhia de capital fechado, sediada em São Paulo, constituída em 7 de abril de 1992. A Companhia é controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México. A Companhia, diretamente ou por meio de suas controladas diretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, sendo todos esses negócios regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A Companhia detém o controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes controladas: • **Telmex do Brasil S.A. ("Telmex do Brasil")** - empresa que presta serviços de comunicação de dados e de internet. • **BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter")** - prestadora de Call Center. • **Royce Comércio e Participações Ltda. ("Royce")** - empresa que atua na aquisição e venda de equipamentos. • **Ideas Musicais, Serviços, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México)** - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. • **IMusica LLC (EUA)** - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. • **Ideas Musicales S.A. (Argentina)** - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. • **Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia)** - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. Em 19 de setembro de 2019 a Companhia adquiriu 40% do capital social da Ustore Software e Serviços de Informática S.A., empresa que atua em soluções de tecnologia da informação em ambientes Multi Cloud híbridos. Em 18 de dezembro de 2019 a acionista América Móvil concluiu a aquisição de 100% da Nextel Telecomunicações Ltda. e outras empresas a estas relacionadas, reforçando seu posicionamento na prestação de serviços de telecomunicações móveis no país. A aquisição da Nextel reforça a atuação mercadológica do grupo América Móvil no país, substancialmente nos dois principais centros urbanos, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Além de contribuir para o crescimento da base de assinantes e para maior geração de receita, a aquisição potencializa os diferenciais de nossa rede móvel, ao aliar ainda mais capacidade, cobertura e qualidade. • **Cenário Econômico:** Apesar das incertezas, o desequilíbrio estrutural das contas públicas, o governo federal, cercado de expectativas mais positivas, iniciou 2019 trabalhando em prol da aprovação de reformas constitucionais emergenciais, da contenção das despesas governamentais e da retomada do crescimento econômico em níveis mais robustos. Objetivando aquecer a economia, gerou empregos e estimulou os investimentos, o governo fez sucessivas reduções da taxa básica de juros, que encorreu o ano de 2019 a 4,50% a.a., 30,8% abaixo da taxa de encerramento de 2018, que foi de 6,50% a.a. No entanto, os resultados obtidos no ano de 2019 ficaram abaixo das expectativas. A reforma da previdência, uma das mais importantes para o equilíbrio fiscal do país, foi aprovada somente no final do ano. Outras reformas estruturais importantes, como a administrativa e a tributária, ficaram para a agenda de 2020. A taxa de desemprego no país permaneceu muito alta ao longo do ano, afetando negativamente o consumo e pressionando o endividamento das famílias. O PIB do país cresceu 1,1%, menor avanço em três anos, afetado principalmente pela perda de ritmo no consumo das famílias e nos investimentos privados. A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2019 colada a R\$4,0307, 4,02% acima da taxa de 2018. O grande desafio para 2020 é buscar um nível de crescimento mais acelerado da economia brasileira. No entanto, a expectativa de melhoria mais significativa da economia doméstica tem sido reduzida, pelo menos neste início de ano, em função de um cenário econômico mundial mais adverso, decorrente principalmente da expansão do COVID-19. A Administração está atenta, se organizando e tomando as medidas necessárias com vistas a minimizar os efeitos nos negócios da Companhia em decorrência do COVID-19. **2 - Desempenho Operacional:** A Claro e suas controladas, apesar de todos os desafios decorrentes do cenário econômico no país, obtiveram em 2019 uma destacada performance operacional nos mercados em que atuam. **Serviços Móveis:** Dando continuidade à sua estratégia de investimentos na rede móvel, alçada ao lançamento de produtos inovadores e à melhor experiência do cliente, a Claro continua liderando o crescimento no segmento pós-pago, tendo crescido 1,5 p.p. de Market Share nos últimos dois meses, alcançando 25% de participação de mercado em dezembro de 2019, um aumento de 4 milhões de linhas na comparação anual. A base de assinantes do segmento pré-pago alcançou 27 milhões em dezembro de 2019. Mesmo em um cenário de redução do número total de linhas ativas, nosso portfólio de pré-pago continua atraindo clientes qualificados, com crescimento de ARPU, e sendo uma importante fonte de migração para nossos planos controle. Encerramos o ano com um total de 54,5 milhões de clientes móveis, mantendo a liderança na portabilidade por uma grande margem, registrando um recorde no volume de portabilidade numérica. A Claro se destaca desde o lançamento e a aceleração da implantação do 4,5G no Brasil, e recentemente obteve as melhores avaliações na Pesquisa Anual de Qualidade da Anatel. Possui a melhor cobertura 4,5G, com 71,1% da população beneficiada por uma rede móvel de melhor performance. **Serviços Residenciais de dados e banda larga:** A Claro segue liderando o crescimento do mercado de banda larga fixa no Brasil com 9,4 milhões de clientes - participação de mercado de 28,8%. Como resultado do investimento constante para incrementar a velocidade de nossas conexões, no segmento de "ultra broadband" (conexões acima de 34 Mbps) alcançamos 5,9 milhões de acessos, mantendo nossa sólida liderança com 47,0% de participação de mercado neste segmento, tendo capturado 35,8% do crescimento em 2019, equivalente a mais de 1,7 milhões de clientes. Nossa presença no FTTH (Fiber to the Home) alcançou 68 novas cidades, com expressiva participação de mercado nessas localidades. **TV por assinatura:** A Claro é o provedor líder de serviços de TV por assinatura para clientes residenciais no Brasil, com aproximadamente 7,8 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2019, equivalente a 49,2% de participação de mercado, disponibilizando a maior oferta de conteúdo no Brasil. Nossa plataforma VOD (Video On Demand) alcançou 61 milhões e mais de 1 bilhão de transmissões em 2019. A Claro oferece pacotes integrados de serviços, incluindo serviços *quad-play*, que combinam TV por assinatura, internet banda larga, serviços de telefonia móvel e serviços de telefonia fixa. Na plataforma DTH (Direct To Home), seguimos com a estratégia de focar em melhoria da rentabilidade e em base de clientes mais qualificada através da Claro TV. **Telefonia Fixa, Serviços e Produtos:** A telefonia fixa convencional, que permite ao usuário fazer chamadas locais, de longa distância e internacionais para qualquer telefone, encerrou 31 de dezembro de 2019 com cerca de 9,7 milhões de linhas e está disponível em todo o território nacional. A rede de cabos submarinos da Claro atinge todos os continentes, para fornecer serviços de telecomunicações. Para completar a sua rede, a Claro utiliza sistemas de micro-ondas de longa distância, em áreas onde a instalação de cabos de fibra óptica é mais difícil, além de uma frota de satélites para fornecer serviços para locais remotos no interior do país. Também oferece serviços de telefonia local para seus clientes residenciais Claro Fixo, via tecnologia sem fio CDMA. A Companhia encerrou 2019 com mais de 110 mil quilômetros de cabos que passam por cerca de 31,8 milhões de casas. **Mercado Corporativo:** Mantivemos nossa liderança em receitas e participação de mercado para grandes clientes corporativos em voz, dados, internet, redes gerenciadas e mobilidade. Adicionamos 15,6 mil novos acessos de banda larga e 843,1 mil novos acessos de M2M (Machine to Machine)/IoT (Internet Of Things). Além disso, continuamos a acelerar o crescimento em serviços de TI, com aumento significativo nas vendas de soluções digitais. Seguimos com nosso propósito de ser reconhecido e valorizado pelos nossos clientes como um *Trusted Advisor*, tanto em telecomunicações quanto em TI, com fortalecimento de nosso portfólio B2B, com destaque em: (i) Serviços de Segurança - Soluções para mitigação de ataques cibernéticos, protegendo as empresas das ameaças de um mundo cada vez mais conectado, integrado e virtualizado. Adicionalmente, suportamos as empresas a se adequarem à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). (ii) Customer Experience - Soluções completas e integradas em múltiplos canais, para garantir mais qualidade e interação, viabilizando uma nova experiência no atendimento aos clientes. (iii) Serviços de Valor Agregado - Oferecemos soluções que proporcionam mais eficiência aos nossos clientes, agregando Automação, Analytics, Inteligência Artificial e Serviços Gerenciados Integrados. (iv) IT & Telecom - Adequação de nossas Redes e Infraestrutura para suportar a entrega de serviços convergentes (TIC) e personalizados, com melhor performance e relação custo x benefício. (v) Big Data & Analytics - A Embratel é pioneira na oferta de soluções baseadas em Big Data & Analytics, através do uso de dados combinado com técnicas de *machine learning* para produção de análises descritivas e preditivas. Disponibiliza soluções de análise comportamental para proteção ao crédito, prevenção a fraudes, planejamento urbano, além de modelos estatísticos para apontamento de potenciais regiões para atuação de negócios. Soluções estas em conformidade com a nova lei LGPD. **Satélites de Comunicações:** A Companhia atua neste mercado satelital de duas formas: com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (circuitos para dados e voz, internet e televisão) e fornecendo capacidade satelital para diferentes aplicações, como televisão (banda C e banda Ku) e redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina. Em 2017, a empresa assinou contrato para a construção de um novo satélite, o Star One D2, com previsão da entrada em operação comercial no segundo semestre de 2020. O D2 será equipado com Banda Ka para atender às demandas de *backhaul* de telefonia celular, Plano Nacional de Banda Larga e mercado corporativo. Também será equipado com as bandas C e Ku, complementando as ofertas de capacidade para demandas de dados, vídeo e Internet de clientes corporativos e governo, além de ampliar as redes de *backhaul* celular existentes em Banda Ku. O Star One D2 ocupará a posição orbital de 70° W e também garantirá a continuidade dos serviços em Banda C e Ku do Star One C2, incluindo TV por assinatura. O novo satélite atenderá a órgãos do Governo e grandes empresas que atuam no Brasil e em todas as Américas do Sul e Central, incluindo o México. O alcance das novas coberturas do satélite Star One D2 expande-se ao dos satélites já em operação, Star One C1, C2, C3, C4 e D1, refletindo a visão da empresa em *open-air* negócios do provimento de capacidade satelital em toda a América Latina, fortalecendo sua posição de liderança regional. **3 - Setor de Telecomunicações: Regulatório:** A Companhia, por meio de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas à regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Ao longo do 2019, foram publicados importantes regulamentos do novo Regulamento de

Qualidade dos Serviços de Telecomunicações para todos os serviços (em sua forma mais próxima a prestadores de serviços de telecomunicações). A Companhia considera a melhor opção para a plena utilização das faixas fundamentais para que o próximo leilão ocorra já considerando a melhor opção para a plena utilização das faixas. Em 2019 também foi sancionada a Lei 13.879/2019, que atualiza diversos preceitos da Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9.472/2019), entre eles, a possibilidade de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização, bem como a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência das outorgas. No campo das telecomunicações por satélite, a lei traz duas importantes alterações no sentido de ajustar os procedimentos de conferência e prorrogação de direitos de exploração, buscando adaptar-se às práticas internacionais. A Companhia envidou máximos esforços no atendimento das obrigações regulatórias e ampliação das oportunidades de desenvolvimento do setor, tendo, ao final de 2018, obtido junto com os demais membros do GIREL (Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização do Canal de TV e RTV) a liberação total da faixa de 700MHz para implementação do LTE em todos os municípios brasileiros. **4 - Governança Corporativa:** Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia e suas controladas. Para isso, a Claro dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Normas, Atas de Reunião e Código de Ética, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente. Nosso Conselho de Administração é composto por 7 membros, todos eleitos em Assembleia Geral. Em atendimento à Lei Sarbanes Oxley ("SOX"), a Companhia mantém nível adequado de controles internos e, na condição do investidor relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE (New York Stock Exchange), no cumprimento das exigências da Lei SOX. A Administração da Claro avalia que a aplicação das exigências da SOX traz relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribui para a sedimentação da cultura de controles internos. Nosso Código de Ética reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Código de Ética também está alinhado com a Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/2013 e a Lei Americana Anticorrupção FCPA. O Comitê de Ética reúne-se periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas. **5 - Investimentos:** Investimentos no país: A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, focando sempre na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Em 2019, a Companhia investiu R\$8,6 bilhões, direcionados principalmente para ampliação e modernização de nossa infraestrutura de rede e para instalação de serviços prestados a clientes. **6 - Desempenho Financeiro:** A partir do 1º de janeiro de 2019 passou a vigorar uma nova norma contábil - IFRS16/CP06, que, em termos gerais, requer que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes de arrendamentos, passando o resultado a refletir os encargos da depreciação e financeiros sobre os ativos e passivos reconhecidos. Por essa razão, os resultados apurados sob esta nova norma não são totalmente comparáveis aos divulgados em anos anteriores.

R\$ Milhões	4T19	4T18	Δ%	12M19	12M18	Δ%
Receita Líquida Total	9.014,6	8.045,7	12,0%	35.186,0	32.280,8	9,0%
Serviços	8.581,6	7.568,1	13,4%	33.646,4	30.582,6	10,0%
Receita Móvel	3.260,3	2.447,1	34,0%	12.342,6	9.289,4	32,9%
Receita Fixa e Outros	5.301,3	5.121,0	3,5%	21.303,9	21.293,2	0,1%
Aparelhos	332,0	332,4	-0,1%	1.123,3	1.103,9	1,8%
Interconexão	101,0	145,1	-30,4%	416,3	594,3	-30,0%
EBITDA	3.577,4	3.466,8	3,2%	13.947,5	12.389,1	12,6%
Margem EBITDA	39,7%	43,1%	-3,4 p.p.	39,6%	38,4%	1,3 p.p.
EBITDA recorrente	3.577,4	2.901,8	23,3%	13.947,5	11.390,1	22,5%
Margem EBITDA Recorrente	39,7%	36,1%	3,6 p.p.	39,6%	35,3%	4,4 p.p.

A receita líquida total do quarto trimestre de 2019 aumentou 12,0% em relação ao mesmo período de 2018. A receita de serviços móveis cresceu 34,0% no quarto trimestre de 2019 em relação ao quarto trimestre de 2018. Destaque para a receita de serviços pós-pago, impulsionada por planos com voz limitada, internet de alta qualidade e serviços digitais, como Claro Música e Claro Vídeo, do alto valor agregado. Em relação aos serviços fixos, destaque para a banda larga residencial, que segue em ritmo acelerado, tendo crescido 10% no 4º trimestre de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018. Alinhamos no acumulado do ano de 2019 uma margem EBITDA de 39,6%, mantendo nossa jornada de melhoria contínua da rentabilidade dos negócios, com a busca incessante da otimização dos custos, principalmente através de ganhos de eficiência operacional e digitalização em processos. Descontando os efeitos da adoção da norma contábil IFRS16 e de eventos não recorrentes em 2018, a margem EBITDA em 2019 cresceu 4,4 p.p. na comparação do acumulado do ano. **7 - Responsabilidade Social:** Instituiu a Claro e Responsabilidade Social Corporativa. Alinhando serviços e ações sociais para criar experiências que possam transformar a vida das pessoas, o Instituto Claro acredita que conexão é uma palavra-chave para transformar o mundo. As tecnologias da informação e da comunicação conectam pessoas e comunidades, formando pontes para o conhecimento e para o entretenimento e são também importantes ferramentas no desenvolvimento humano e social. Os projetos e iniciativas do Instituto são direcionados para dois pilares: educação e cidadania, e seu portal traz cobertura aprofundada das questões relacionadas a estas áreas. Com conteúdo exclusivo, o Instituto Claro democratiza o acesso à informação de qualidade em diferentes formatos, como reportagens, podcasts e vídeos, e disponibiliza produtos de alta gratuidade. A seguir destacamos algumas iniciativas do Instituto Claro: **Educação Inovadora:** Educonex®: leva internet de qualidade e TV por assinatura para escolas, capacita professores e coordenadores pedagógicos para o uso de novas tecnologias digitais em sala de aula e oferece conteúdo atualizado e exclusivo online. Inovação: o incentivo ao empreendedorismo de jovens e *startups* ligados a soluções mobile e investindo na formação profissionalizante em telecomunicações. **Cidadania:** Os projetos valorizam o desenvolvimento humano e incentivam a participação dos colaboradores da Claro e familiares em ações sociais, buscando desenvolver as comunidades onde a empresa atua. **Parceria Unicef:** O Instituto é parceiro do Fundo das Nações Unidas (Unicef) no combate à distorção idade-série, problema que afinge 7 milhões de jovens estudantes no país, principalmente negros e indígenas. A intenção é construir uma rede que combata essa defasagem nas escolas, por meio de uma solução digital que disponibilize dados da escolaridade nos ensinos médio e fundamental. Além do monitoramento, a ferramenta pretende identificar boas práticas de ensino e criar novas parcerias com a sociedade civil para beneficiar estudantes e professores. **Doação pelo controle remoto da Claro NET HD:** Todos os anos, o SBT e a AAC realizam o Teleon, programa de televisão que, durante dois dias seguidos, busca sensibilizar o público e arrecadar doações voltadas a crianças com deficiência. Referência no tratamento de pessoas com deficiência física, a Associação de Assistência à Criança Deficiente utiliza as doações para manutenção e continuidade das 14 unidades distribuídas pelo Brasil. Em 2019, com o apoio do Instituto, os clientes Claro puderam participar e doar diretamente do controle remoto de sua TV por assinatura, pelo terceiro ano consecutivo. **Diálogos:** Em 2019, o Instituto Claro promoveu o evento "Diálogos Gigantes" que teve jovens de instituições parceiras como protagonistas. Além de construírem um manifesto, eles participaram de um debate sobre "Ideias que transformam: inovação e tecnologia para um futuro sustentável", que contou com a participação de um representante da ONU. **Conexão Voluntária:** Em 2019, com o apoio do Instituto Claro, a Claro lançou o programa Conexão Voluntária, construído junto com seus colaboradores. A plataforma une os voluntários cadastrados a necessidades das instituições parceiras. **Selo de Status Associativo:** O Instituto Claro é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça e é reconhecido pelo Department of Global Communications das Nações Unidas (DGC/ONU) com o selo de Status Associativo, que nos classifica como uma entidade sem fins lucrativos que promove ações em concordância com a Carta das Nações Unidas. Essa conquista reforça o compromisso que temos de contribuir localmente com os programas globais da ONU a fim de promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. **8 - Recursos Humanos:** Valorizar as pessoas é uma das premissas para manter um ritmo de crescimento forte, sustentável e, principalmente, para alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos pelo negócio. Em um ambiente de mudanças constantes como o setor de Telecomunicações, as pessoas precisam estar preparadas para interpretar a leitura dos cenários e oportunidades em planos de ação efetivos. Ao longo de 2019, a Claro deu continuidade a seu processo de transformação em busca de uma atuação cada vez mais digital e multiserviços, tendo o cliente e o colaborador no centro de suas ações. Para guiar e impulsionar esse movimento, a área de Recursos Humanos exerceu um papel fundamental, promovendo transformações importantes nos processos de atração e retenção de talentos, comunicação, treinamento e desenvolvimento. Alinhada à sua cultura organizacional, que valoriza as pessoas e a inovação, a Companhia investiu em uma plataforma digital que permite aos colaboradores gerenciar e serem protagonistas de suas próprias carreiras, por meio de uma experiência diferenciada. A Claro se mantém atenta em oferecer a melhor experiência na jornada dos colaboradores, construindo um ótimo ambiente onde todos tenham orgulho de trabalhar e pertencer. **Agradecimentos:** Sempre em busca de novos desafios, agradecemos a todos com quem nos relacionamos, a todos os funcionários das empresas controladas por esta Companhia pelo indispensável comprometimento e empenho no nosso desenvolvimento contínuo, à confiança de nossos clientes, ao apoio dos acionistas, dos governos, dos nossos fornecedores e à parceria de toda a comunidade.

A Administração

continua →

continua—☆

CNR Le° 40/432/544/0001-4

CNPJ nº 40.432.544/0001-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A Companhia possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal ("SMP") por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos				3G	4G	4G
	450 MHz	850 MHz	900 MHz	1800 MHz	1900 - 2100 MHz	2500 MHz ***	700 MHz
Acre	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rondônia	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Tocantins	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Distrito Federal	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Mato Grosso	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Mato Grosso do Sul	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Goiás	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Bahia	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Sergipe	-	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Ceará	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Piauí	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná	-	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná (Norte)	-	-	Dezembro, 2022	Dezembro, 2022**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Santa Catarina	-	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Espírito Santo	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio Grande do Sul	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
São Paulo - Capital	Outubro, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
São Paulo - Interior	-	Março, 2028	Março, 2028	Março, 2028	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais	-	-	Abril, 2020	Abril, 2020**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Amazonas	Outubro, 2027	Abril, 2023	-	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Maranhão	Outubro, 2027	Abril, 2023	-	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Roraima	Outubro, 2027	Abril, 2023	-	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Amapá	Outubro, 2027	Abril, 2023	-	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029

* Inclui código nacional 12. ** Alguns blocos vencem em abril de 2023. *** Além do bloco nacional com vencimento Outubro 2027 a Claro tem 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 19 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) com vencimento em agosto de 2031. A Companhia possui as seguintes autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

* Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

3.2. **Novas políticas contábeis:** Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

dretos de exploração de satélite:			Data de Vencimento	
Tipo	Número	Posição Orbital	Emissão	(15 anos)
Extensão (renovação)	PVSS/SPV 007/2006	63°W, 65°W, 66°W, 70°W, 84°W - Banda C	01/01/06	31/12/20
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W - Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 12/2007	92°W - Banda C e Ku	31/01/07	12/11/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W - Banda Ku	01/01/03	12/01/21
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W - Banda C e Ku	27/02/07	26/02/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70°W - Banda C e Ku (Planejado)	28/03/12	27/03/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84°W - Banda C e Ku	06/02/12	05/02/27

A ANATEL concedeu à Companhia a prorrogação, pelo prazo de 15 anos, contados a partir de 6 de março de 2018, do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro e das redes radiofrequências associadas, na banda Ku relativos à posição orbital 65° W no montante de R\$18.781. Em 26 de março de 2018 foi paga a primeira parcela de 3,3% no montante de R\$6.260. A segunda parcela de R\$56.260 foi paga em 25 de setembro de 2019. A terceira parcela foi paga em 26 de março de 2019.

O contrato firmado entre a Companhia e o INANAT em 2018, do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro e das redes radiofrequências associadas, na banda Ku, relativos à posição orbital 70° W no montante de R\$8.361. Em 26 de maio de 2019 foi paga a primeira parcela de 3,3% no montante de R\$2.787. A segunda parcela de R\$2.787, com vencimento em 25 de novembro de 2019 e a terceira parcela de R\$2.787, com vencimento em 25 de maio de 2020. Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis à prestação dos serviços, objeto das concessões mencionadas, para tais bens considerados reversíveis, a Lei nº 9.472/97 prevê que os serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados alienados, subalugados ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. Os demais serviços de telecomunicações prestados pela Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade dos bens. Análise sobre risco de continuidade operacional: Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía um ativo líquido no valor de R\$52.730 milhões no passivo circulante no valor de R\$1.059.836 refere-se a valores contra relacionados. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte necessário para a continuidade das operações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelos Pronunciamentos Contábeis ("GPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis ("IASCB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação, e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia e suas subsidiárias e respectivas atividades econômicas.

3. Políticas contábeis: O balanço patrimonial é avaliado pelo critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponível para venda. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvem na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e previsões incluem provisões para dívidas contingentes, itens sujeitos a avaliações de crédito para determinar se o valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e realização de imposto de renda diferido. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A Companhia adota todos os pronunciamentos, revisados e interpretações orientações emitidos pelo IASCB. A Companhia também vigia mudanças nos padrões contábeis emitidos por órgãos reguladores e organismos privados.

A Administração em 24 de março de 2020. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. Algumas rubricas e quadros que compõem as notas explicativas foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 porém, devido à imaterialidade dos montantes, não estão sendo detalhadas.

3. Políticas contábeis:

3.1. Bases de consolidação: Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas, os resultados de equivalência patrimonial de controladas, o provisionamento para passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas incluídas entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas, exceto aquelas inconsistentes com aquelas apresentadas no relatório de administração anual. As informações consolidadas incluem o patrimônio social, não demonstrado separadamente, sob o controle da companhia matriz.

Normas e Emendas a Normas

Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2015 - 2017
IFRS 9/CPC 48 - <i>Financial Instruments</i> /Instrumentos Financeiros	Alterações: recursos de pré-pagamento com compensação negativa.

Financiamentos	compensação negativa.
IAS 28/CPC 18 (R2) - Long-term Interest in Associates and Joint Ventures/Participações de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures.	Alterações: relativas a interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos.
IAS 19/CPC 33 (R1) - Employee Benefits/Benefícios aos	Alterações: relacionadas a emendas, cortes ou mudanças de plano.

Empregados. **acordos do plano.**

A Companhia também adotou pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16/CP 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil e IFRIC 23/CP 22 – Incertezas sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, cujos impactos estão descritos abaixo: **IFRS 16/CP 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil.** A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil. IFRIC 4 – Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de transação. A IFRS 16 estabelece os princípios para a contabilização de transações envolvendo a apresentação e evidênciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixa valor” e arrendamentos de curto prazo, sendo mandatória para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019. A nova norma permite dois métodos de transição: (i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com a IAS 8/CP 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou (ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial. A Companhia fez a opção pela adoção do método retrospectivo, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, seja em 1º de janeiro de 2019 e, dessa forma, a Companhia não teve impactos significativos comparados anteriores ao exercício de 2019. Os impactos da transição são detalhados nos quadros abaixo, para fins de comparação, uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos gerados no balanço patrimonial e na demonstração dos resultados consolidados em 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.

31 de dezembro de 2019:		
	Consolidado	
Balanco patrimonial em 01/01/2019	Ajustes IFRS 16/ CPC 05 (R2)	Balanco patrimonial em 01/01/2019 com os efeitos da IFRS 16/CPC 05 (R2)
antes dos ajustes		
11.875.895	-	11.875.895
57.754.206	5.874.258	63.628.464
69.630.101	5.874.258	75.504.359
18.274.633	1.452.615	19.827.248
36.146.632	4.421.643	40.568.275
15.108.836	-	15.108.836

69.630.101	5.874.258	75.504.359
	Consolidado	
Balanco patrimonial em 31/12/2019	Efeitos da IFRS16/ CPC 06 (R2)	Balanco patrimonial em 31/12/2019 sem os efeitos da IFRS 16/ CPC06 (R2)
8.937.926	-	8.937.926
55.665.400	6.000.479	59.664.921
74.673.326	5.000.479	68.602.847
15.658.854	1.495.140	14.163.714
42.607.778	4.648.612	37.959.166
16.336.694	(143.273)	16.193.421
74.673.326	6.000.479	68.602.847

* Reconhecimento do ativo - direito de uso em arrendamento dos aluguéis e reflexo tributário sobre os ajustes de nova norma.

Consolidado			Demonstração de resultados em 31/12/2019
Demonstração de resultados em 31/12/2019	Efeitos da IFRS16/ CPC 06 (R2)		sem os efeitos da IFRS 16/CPC06 (R2)
35.186.046	-		35.186.046
(19.477.358)	(267.784)		(19.745.142)
15.708.688	(267.784)		15.440.904
(9.554.600)	(13.750)		(9.568.350)
6.154.088	(281.534)		5.872.554
(3.610.555)	498.600		(3.111.955)
2.543.533	217.066		2.760.599
(770.908)	(73.793)		(844.701)

Os principais contratos de arrendamento operacional impactados por essa nova norma incluem:

aluguel de terrenos, aluguel espaço em lotes de terrenos, aluguel de determinadas infraestruturas, dentre outros. Por esta norma, na data de início de um contrato de arrendamento, a Companhia reconheceu um passivo relativo aos pagamentos futuros de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de arrendamento). A Companhia mensurou o passivo de arrendamento com base no valor presente dos pagamentos no parágrafo inicial de seu contrato de arrendamento. Os pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos, na data da aplicação inicial. A taxa incremental de juros média da Companhia é de 9,7%, para um prazo do contrato de arrendamento médio conforme Nota 17. Não houve alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17.

17 A Companhia continua a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. Adicionalmente, a Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encontre abaixo de seis meses a partir da data de adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

18 A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras/copiadoras, máquinas de fax, telefones, etc.) sob o título de "arrendamento operacional".

19 De acordo com a legislação tributária brasileira, o Lucro: A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC 23 - *Uncertainly over income tax treatments* (IFRIC 23), emitida pelo IASB. O IFRIC 23 interpreta o IAS 12, em particular o IAS 12(C) 22, com o objetivo de esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 Income Taxes (CPC 32), quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o Lucro. Por tratamento fiscal incerto entende-se aquele tratamento para o qual há incerteza sobre se a respectiva autoridade fiscal o aceitará de acordo com a legislação tributária. Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 23, ao encontrar-se com situações de incerteza sobre o tratamento fiscal, a Companhia deve aplicar os requisitos retrospectivamente, com o efeito de que os resultados e o balanço de abertura de 2019 foram reclassificados para refletir o tratamento adequado.

continua →

CLAPO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)		
<p>da adoção/reconhecimento na data da aplicação inicial com ajuste afim do saldo de abertura de livros acumulados. A Administração da Companhia realizou análises das bases de cálculo do custo de venda e do custo de aquisição social dos últimos cinco anos, bem como análises os tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas quanto à aceitação pelas autoridades tributárias, com o propósito de mensurar e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alterações quanto ao julgamento da classificação do grau de risco das perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias. Dessa forma conclui-se que as disposições previstas nessa norma não trazem impacto para o resultado ou patrimônio líquido da Companhia. Novos pronunciamentos com vigência em exercícios futuros: Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória.</p>		
Normas e Emendas a Normas	Vigências	
IFRS 3/CPC 15 (R1) - Business Combinations/Combinação de negócios.	Alterações: para esclarecer a definição de empresa.	1º de janeiro de 2020
IFRS 7/CPC 40 (R1) - Financial Instruments/Divulgações de Instrumentos Financeiros.	Alterações: relativas a questões de pré-substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9/CPC 48 - Financial Instruments/Instrumentos Financeiros.	Alterações: relativas a questões de pré-substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.	1º de janeiro de 2020
IFRS 10/CPC 36 (R3) and IAS 28/CPC 18 (R2) - Investment Entities: Applying the Consolidation Exception/Exceção na Consolidação.	Alteração: data efetiva das emendas à IFRS 10 e IAS 28	A definir
IAS 1/CPC 26 (R1) - Presentation of Financial Statements/Apresentação das demonstrações financeiras.	Alteração: definição de material (emendas à IAS 1 e IAS 8)	1º de janeiro de 2020
Alteração no IAS 8/CPC 23 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors/Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros.	Alteração: definição de material (emendas à IAS 1 e IAS 8)	1º de janeiro de 2020
IFRS 17 - Insurance contracts/Contratos de Seguros - irá substituir a IFRS 4/CPC 11.		1º de janeiro de 2021
<p>A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitida, cuja aplicação não é obrigatória. Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2020 não terão impacto nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. 3.3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescido de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 21. 3.4. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado. A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos com partes relacionadas e depósitos judiciais. Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: "Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; "Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (ii) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o ativo a uma entidade separada, independente, que não seja a Companhia. A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito do instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde a aquisição inicial. b) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar, fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento. Mensuração subsequente: A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser avaliados separadamente, são avaliados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros a custo amortizado: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem, significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados. Mensuração do valor justo: A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na preferência de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá: No principal mercado para o ativo ou passivo. Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas. O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu próprio e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que irá usar o ativo em seu maior e melhor uso. A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável. Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas. d) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e efetual de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.5. Contas a receber, liquidadas: As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratuais menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não liquidados até as datas de balanço, como a venda de aparelhos celulares, simcards, serviços de satélites e acessórios. A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.3.6. Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram</p>		

continua - 87

CLARO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

- 2 - continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal em situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Tributos diferidos:** O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, exceto as perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamento estratégico, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos sejam utilizados. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias passíveis, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período de reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e o provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e foi tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício. Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **Tributos sobre vendas e serviços:** As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS, ISS, às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e de retentores à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65%, 3,00% respectivamente. Para as demais receitas, o ICMS da Companhia na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulação do PIS/COFINS são apresentados, exclusivamente, do custo dos produtos vendidos, na demonstração do resultado. **3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes e passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no modelo de fluxo de caixa descontado, bem como os reconhecimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias das autoridades fiscais locais. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a existência de evidências disponíveis, a história das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas

estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 14. **Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego:** O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis do Tesouro Nacional (NTN-F) com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada benefício. A taxa de mortalidade se baseia em tabelas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde à curva de desconto que parte da expectativa de Curva Nacional de Juros (CNPJ) e é ajustado para o crescimento do custo de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, ver Nota 16. **Provisão para perdas de crédito esperadas:** A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. **Provisão para desmantelamento de ativos:** A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida do ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando o método de custo de desempenho. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflita riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido. Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos e no movimento de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos. Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo. **3.15. Participação de empregados no resultado:** A Claro e suas controladas, Brasil-Cell e TdR constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em métricas de desempenho estabelecidas de acordo com o planejamento anual. **3.16. Receitas diferidas:** Representadas, principalmente pela receita referente aos créditos de recarga de celulares pré-pagos e os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Representadas também pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica, e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no MERCOSUL, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos. **3.17. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.18. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos mensurados de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer os em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base nas premissas e são transferidas como estimativas contábeis. **3.19. Reconhecimento de receita:** A Companhia e suas controladas oferecem pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados, internet e TV por assinatura, sendo o reconhecimento das receitas de serviços e venda de aparelhos distribuídas entre seus elementos. A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo o ativo considerado transferido quando da medida que o cliente obtém o controle desse ativo. Os pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto, a Companhia realiza a alocação do desconto e reconhece as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes. Uma parte adicional da receita é alocada nas receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato representando um aumento na receita de venda de equipamentos. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial é reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato. A Companhia e suas controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, expansão da capacidade de transmissão e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato. As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviços compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com o ciclo de cobrança acordado com os clientes ao longo dos meses. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago. As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, acessórios e outros) são reconhecidas no momento da entrega do bem ao cliente, sendo o custo do bem reconhecido no mesmo período. Os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização. **3.20. Campanhas promocionais:** Custos e despesas referentes a campanhas promocionais, incluindo as vendas de aparelhos celulares e acessórios a valores inferiores aos custos de aquisição, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.21. Subvenção e assistência governamentais:** A aquisição da Modem Provisória nº 2.199.14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atuação em desenvolvimento econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a

placar a redução do imposto de renda nos termos dos atos normativos. A Companhia possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Nordeste. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2019 (para os Estados A- BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE). Em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo ser utilizada apenas para aumento de capital ou de absorção de prejuízos. **3.22. Resultado financeiro:** Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos à avaliação, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável). **3.23. Participações de não controladores:** Refere-se à participação de não controladores na controlada Idéias Musicais S.A. (Argentina). **3.24. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	132.131	62.019	196.542	91.269
Equivalentes de caixa	496	825	496	825
	132.627	62.844	197.038	92.114

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações referem-se principalmente, a títulos públicos compromissados, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, e possuem liquidez imediata junto às entidades emissoras, e remuneração próxima do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Venda de aparelhos celulares e acessórios	791.144	775.125	791.468	775.125
Serviços de voz, dados e outros	5.732.321	6.049.761	5.826.246	6.138.732
Administradoras estrangeiras	25.054	27.521	25.413	27.824
	6.548.519	6.852.407	6.643.127	6.941.681
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.784.032)	(2.119.288)	(1.795.773)	(2.137.429)
	4.764.487	4.733.119	4.847.354	4.804.252

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	3.423.403	3.203.091	3.468.429	3.256.446

Vencidas:

Vencidas:				
De 1 a 30 dias	1.192.468	1.307.099	1.205.848	1.311.305
De 31 a 60 dias	324.317	303.211	332.915	308.618
De 61 a 90 dias	279.505	242.617	289.134	250.316
Mais de 90 dias	<u>1.328.426</u>	<u>1.796.389</u>	<u>1.346.801</u>	<u>1.814.996</u>
	6.548.519	6.852.407	6.643.127	6.941.681

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo Inicial	2.119.288	1.705.031	2.137.429	1.728.231
Cisão/Incorporação	-	9.103	-	-
Provisão constituída	780.473	1.231.210	778.218	1.235.258
Baixa de provisão (1)	(1.115.729)	(826.056)	(1.119.874)	(826.060)
Saldo Final	1.784.032	2.119.288	1.795.773	2.137.429

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. Estoques:

6. Estoques:		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Estoques de aparelhos para revenda		228.995	241.418	216.324	228.810
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica		82.540	94.102	90.373	99.179
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios para revenda		17.798	23.307	17.798	23.307
Outros		15.361	26.189	15.618	26.481

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como se segue:

	295.801	338.360	291.220	331.121
A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:				
	Controladora/Consolidado			
	2019		2018	
Saldo inicial	46.656		30.631	
Provisão constituída	5.306		16.100	
Baixas	(3.069)		(75)	
Saldo final	48.893		46.656	

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS a recuperar (1)	954.389	960.654	966.095	1.011.638
Imposto de renda retido				
- ICMS (2)	225.814	630.064	225.814	630.476

Imposto de renda retido na fonte (2)

contribuição social a recuperar (3)	445.879	58.254	455.886	67.229
PIS/COFINS (4)	393.002	2.640.314	394.492	2.642.166
FINSOCIAL (5)	169.890	169.890	169.890	169.890
Outros	85.894	91.111	100.858	104.305

Circulante

Não circulante

(1) Os créditos de ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos presentes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização. (2) Substancialmente imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações bem como sobre as receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizadas para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SFH 213/2002. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou balanço líquido resultante em IRPJ e CSLL a pagar no montante de R\$426.075 (R\$292.949 em 31 de dezembro de 2018) que foram amortizados mediante dedução com o referido crédito contabilizado. (3) Constituição de R\$887.159 referente a créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRPJ e da CSLL sobre o Lucro Inflacionário (lucros geradores ocorridos nos anos de 1990 a 1994). (4) Trata-se de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial Companhia em julgamento em agosto de 2019 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das retidas contribuições da Companhia, constituindo um ativo fiscal no valor líquido de R\$332.654 (R\$138.776 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$193.878 registrado no resultado financeiro), refere-se ao período de 2001 a 2006. Em dezembro de 2018 houve o registro do crédito referente à exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R\$2.420.580 (R\$1.214.282 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$1.206.298 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transada em julgado em 2019.

(5) Constituição de R\$887.159 referente a créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRPJ e da CSLL sobre o Lucro Inflacionário (lucros geradores ocorridos nos anos de 1990 a 1994).

(6) Trata-se de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial Companhia em julgamento em agosto de 2019 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das retidas contribuições da Companhia, constituindo um ativo fiscal no valor líquido de R\$332.654 (R\$138.776 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$193.878 registrado no resultado financeiro), refere-se ao período de 2001 a 2006. Em dezembro de 2018 houve o registro do crédito referente à exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R\$2.420.580 (R\$1.214.282 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$1.206.298 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transada em julgado em 2019.

(7) Constituição de R\$887.159 referente a créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRPJ e da CSLL sobre o Lucro Inflacionário (lucros geradores ocorridos nos anos de 1990 a 1994).

(8) Trata-se de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial Companhia em julgamento em agosto de 2019 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das retidas contribuições da Companhia, constituindo um ativo fiscal no valor líquido de R\$332.654 (R\$138.776 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$193.878 registrado no resultado financeiro), refere-se ao período de 2001 a 2006. Em dezembro de 2018 houve o registro do crédito referente à exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R\$2.420.580 (R\$1.214.282 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$1.206.298 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transada em julgado em 2019.

(9) Constituição de R\$887.159 referente a créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRPJ e da CSLL sobre o Lucro Inflacionário (lucros geradores ocorridos nos anos de 1990 a 1994).

(10) Trata-se de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial Companhia em julgamento em agosto de 2019 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das retidas contribuições da Companhia, constituindo um ativo fiscal no valor líquido de R\$332.654 (R\$138.776 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$193.878 registrado no resultado financeiro), refere-se ao período de 2001 a 2006. Em dezembro de 2018 houve o registro do crédito referente à exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R\$2.420.580 (R\$1.214.282 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$1.206.298 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transada em julgado em 2019.

(11) Constituição de R\$887.159 referente a créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRPJ e da CSLL sobre o Lucro Inflacionário (lucros geradores ocorridos nos anos de 1990 a 1994).

(12) Trata-se de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial Companhia em julgamento em agosto de 2019 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das retidas contribuições da Companhia, constituindo um ativo fiscal no valor líquido de R\$332.654 (R\$138.776 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$193.878 registrado no resultado financeiro), refere-se ao período de 2001 a 2006. Em dezembro de 2018 houve o registro do crédito referente à exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R\$2.420.580 (R\$1.214.282 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$1.206.298 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transada em julgado em 2019.

(13) Constituição de R\$887.159 referente a créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRPJ e da CSLL sobre o Lucro Inflacionário (lucros geradores ocorridos nos anos de 1990 a 1994).

(14) Trata-se de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial Companhia em julgamento em agosto de 2019 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das retidas contribuições da Companhia, constituindo um ativo fiscal no valor líquido de R\$332.654 (R\$138.776 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$193.878 registrado no resultado financeiro), refere-se ao período de 2001 a 2006. Em dezembro de 2018 houve o registro do crédito referente à exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R\$2.420.580 (R\$1.214.282 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$1.206.298 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transada em julgado em 2019.

(15) Constituição de R\$887.159 referente a créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRPJ e da CSLL sobre o Lucro Inflacionário (lucros geradores ocorridos nos anos de 1990 a 1994).

(16) Trata-se de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial Companhia em julgamento em agosto de 2019 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das retidas contribuições da Companhia, constituindo um ativo fiscal no valor líquido de R\$332.654 (R\$138.776 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$193.878 registrado no resultado financeiro), refere-se ao período de 2001 a 2006. Em dezembro de 2018 houve o registro do crédito referente à exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R\$2.420.580 (R\$1.214.282 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$1.206.298 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transada em julgado em 2019.

(17) Constituição de R\$887.159 referente a créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRPJ e da CSLL sobre o Lucro Inflacionário (lucros geradores ocorridos nos anos de 1990 a 1994).

(18) Trata-se de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial Companhia em julgamento em agosto de 2019 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das retidas contribuições da Companhia, constituindo um ativo fiscal no valor líquido de R\$332.654 (R\$138.776 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$193.878 registrado no resultado financeiro), refere-se ao período de 2001 a 2006. Em dezembro de 2018 houve o registro do crédito referente à exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R\$2.420.580 (R\$1.214.282 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$1.206.298 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transada em julgado em 2019.

(19) Constituição de R\$887.159 referente a créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRPJ e da CSLL sobre o Lucro Inflacionário (lucros geradores ocorridos nos anos de 1990 a 1994).

(20) Trata-se de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial Companhia em julgamento em agosto de 2019 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das retidas contribuições da Companhia, constituindo um ativo fiscal no valor líquido de R\$332.654 (R\$138.776 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$193.878 registrado no resultado financeiro), refere-se ao período de 2001 a 2006. Em dezembro de 2018 houve o registro do crédito referente à exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R\$2.420.580

31 DE DEZEMBRO DE 2019

novembro de 2018 da Companhia, referente ao período de 2002 a 2014. Após a habilitação do crédito, em

	Consolidado			
	2019	2018	2017	2016
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ativo fiscal diferido				
Prejuízos fiscais	2.722.443	991.360	3.713.803	2.871.223
Provisão para perdas de créditos esperadas	850.616	306.222	1.156.838	933.649
Provisão para contingências	1.393.857	501.789	1.895.646	1.289.949
Tributos com exigibilidade suspensa	478.560	172.282	650.842	450.858
Crédito fiscal incorporado (1)	204.423	159.282	278.015	308.583
Plano atuarial	535.611	73.591	728.423	371.156
Eligíveis IFRS 16/PCP 06 (R2)	54.259	19.24	73.793	133.616
Outras diferenças temporárias	604.521	217.628	822.149	707.675
	6.844.290	2.475.219	9.319.509	6.933.904
Passivo fiscal diferido				
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(25.724)	(18.915)
Plano atuarial	(98.975)	(35.631)	(134.605)	(98.919)
Eligíveis IFRS 16/PCP 06 (R2)	(189.835)	(77.619)	(276.136)	(643.264)
Eligíveis IFRS 15/PCP 47	(548.424)	(199.433)	(745.857)	(469.512)
Depreciação acelerada (3)	(91.312)	(32.872)	(124.184)	(116.409)
Outras diferenças temporárias	(93.265)	(33.541)	(126.806)	(86.299)
	(1.441.526)	(491.791)	(1.933.317)	(1.432.818)
Ativo fiscal diferido, líquido	5.402.764	1.983.428	7.386.192	5.501.086
(1) Benefício fiscal devido ao aumento do valor líquido incorporeado em decorrência da Instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICPQ 09 (R1) emitido pelo CFC, o referido imposto diferido não teve correspondência a rubrica demonstrada "Reserva Especial de C/P" no patrimônio líquido no montante de R\$975.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ativo e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Judicial Ltda., Big TV, ESC 90 e BrTel. (3) Depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8. Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos.				

Líquidos:		Controladora	
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.921.801	2.184.568	8.106.369
Constituição	1.051.991	383.706	1.435.697
Realização	(1.518.860)	(561.206)	(2.080.066)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 ⁽¹⁾	5.454.902	2.002.068	7.456.970
Constituição	257.688	92.726	350.414
Realização	(350.737)	(126.165)	(476.902)
Incorporação (1)	1.864	714	2.578
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.363.717	1.969.343	7.333.060
(1) Incorporação da controlada PMS pela Companhia, conforme Nota 8.			
	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.008.516	2.215.829	8.224.345
Constituição	1.051.608	378.579	1.430.187
Realização	(1.559.848)	(575.961)	(2.135.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.500.276	2.018.447	7.518.723
Constituição	259.665	63.724	323.389
Realização	(357.177)	(98.743)	(455.920)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.402.764	1.983.428	7.386.192
Tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais dos grupos registrados:			
Ano	Controladora (*)	Consolidado (*)	
2020	1.323.590	1.334.099	
2021	1.081.573	1.092.298	
2022	1.189.369	1.199.298	
2023	1.236.951	1.241.456	
2024	999.666	1.002.962	
2025	1.007.258	1.009.699	
2026	1.090.023	1.092.655	
	1.331.478	1.346.832	
2027 a 2029	9.259.908	9.319.509	

Saldos em 31/12/2017

Saldos em 31/12/2018

(1) Vide composição da Nota 14 - Provisões

Saldos em 31/12/2019

(4) 16 de concessão de Nota 14. Decisão: Em 16 de dezembro de 2010, mediante formalização em Termo de 2018, a controlada PMS constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$32.017. Em 31 de dezembro de 2018,

2018, a controlada PMS continuou o dividendo mínimo obrigatório de R\$32.017. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada TdB constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$2.827. Em 28 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada TdB, no valor bruto de R\$15.000, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018. O valor líquido a ser pago aos acionistas da controlada TdB foi de R\$13.995.214,39, resultante da dedução de R\$300.041 pela emissão de 76.161.692 ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão das ações e de R\$3.995.214,39 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TdB em 30 de setembro de 2018, a ser implementado por meio de conferência ao capital social da controlada TdB de 315.746.185 quotas da controlada Claro Corporate. Em 19 de outubro de 2018, em AGE, foi aprovada a diminuição da participação da Companhia no capital da controlada TdB, no montante de R\$315.839, pago pelo acionista da controlada TdB, a Claro Corporate, em 19 de outubro de 2018, em AGE, em troca do pagamento em moeda nacional no valor de R\$2.821. Em 29 de junho de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada Claro Corporate, no montante de R\$200, representados por 200.000 novas quotas, no valor de R\$1.00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 11 de maio de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada Claro Corporate, no montante de R\$1.000 (mil ações), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 29 de março de 2018, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários na controlada PMS, no montante de R\$17.000, à razão de R\$0,0016991320 por lote de 1.000 (mil) ações, à conta das Reservas de Lucros a Realizar, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em 29 de março de 2018, em AGE, foi aprovada a distribuição de JCP na controlada Claro One, no valor bruto de R\$20.000, à conta das Reservas de Lucros a Realizar, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em 01 de

continua—☆

CLARO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	2018				2019				Quantidade de ações/		% de participação
	Lucro líquido (prejuízo)	Patrimônio líquido	Ordinárias (lotes de mil)	Preferenciais	Lucro líquido (prejuízo)	Patrimônio líquido	Ordinárias (lotes de mil)	Preferenciais	Ordinárias (lotes de mil)	Preferenciais	
Controladas diretas/coligadas	(9.464)	304.170	322.196	—	(1.252)	3.894	508	—	—	—	—
Claro Corporate	(9.464)	304.170	322.196	—	(1.252)	3.894	508	—	—	—	—
MPO	(60)	132	2.826.138	—	(18.511)	1.110.342	198.748	79.066	100,00	100,00	100,00
TdB	292.520	375.264	45.578	45.578	(6.839)	14.270	95.839	—	100,00	100,00	100,00
BrasCenter	1.554	25.303	95.839	—	6.976	165.856	5.283	—	100,00	100,00	100,00
PMS	134.809	663.692	3.697	5.254	767	2.101	20	—	90,00	90,00	90,00
Reyc	14.067	158.881	5.283	—	5.326	5.723	20	—	100,00	100,00	100,00
Imusica Argentina	2.031	2.267	20	—	51	(72)	100	—	—	—	—
Imusica Colombia	3.007	8.600	20	—	(12.450)	(10.304)	50	—	99,99	99,99	99,99
Imusica EUA	1	(119)	100	—							
Imusica México	(406)	3.099	50	—							

março de 2018, foi aprovado pelo Registro Mercantil a AGE realizada em 18 de dezembro de 2017, que aprovou a redução do capital social da TdB no montante de R\$317.781, cancelando apenas ações de titularidade da Companhia. Assim, o pagamento efetuado a Companhia foi realizado por intermédio da entrega de 38.461.539 ações ordinárias de emissão da Star One que eram de propriedade da TdB, além de R\$0,88 em moeda.

a) Incorporação Claro Corporate: Em AGE realizada em 02 de setembro de 2019, foi aprovada a incorporação da Claro Corporate pela controlada TdB. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Esta ação não implicará em aumento do capital da controlada TdB nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social. A Claro Corporate foi extinta de pleno direito e a controlada TdB a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. A eficácia desta incorporação ocorreu em 02 de setembro de 2019. b) Incorporação Pimexys: Em AGE realizada em 01 de julho de 2019, foi aprovada a incorporação da controlada PMS pela Companhia. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Esta ação não implicará em aumento do capital da Companhia nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social. A PMS foi extinta de pleno direito e a Companhia a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. A eficácia desta incorporação ocorreu em 01 de julho de 2019. Em 01 de julho de 2019 com a incorporação da PMS pela Companhia, essa passou a deter na referida data a totalidade das quotas sociais e representativas do capital social da controlada Reyc. Como ato seguinte com o intuito de recompor a pluralidade de sócios no capital social da controlada Reyc a Companhia cedeu e transferiu a título oneroso 1 quota social de sua titularidade a controlada TdB, no valor de R\$91,60 livre e desembarcada de quaisquer ônus e gravames. c) Incorporação Star One: Em AGE realizada em 18 de dezembro de 2018, foi aprovada a incorporação da controlada Star One pela Companhia. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Esta ação não implicará em aumento do capital da Companhia nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social. A Star One foi extinta de pleno direito e a Companhia a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. A eficácia desta incorporação ocorreu em 31 de dezembro de 2018. Em 02 de maio de 2018 os administradores da Companhia e da controlada Star One firmaram em AGE o protocolo de justificativa de cisão parcial com incorporação, visando implementar a cisão parcial da controlada Star One, em síntese representada por serviço satelital, com incorporação do ativo cindido pela Companhia, permanecendo na controlada Star One também serviço satelital. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os detalhes das principais controladas diretas e coligadas, são como se seguem:

CLARO S.A.

CNPJ nº 04.432.544/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

em andamento do projeto do satélite D2 em 31 de dezembro de 2019 é de R\$914.225 (R\$545.854 em 31 de dezembro de 2018). Os juros capitalizados: A Companhia adota como prática contábil mensalmente os custos de empréstimos durante o período de construção de seus ativos qualificáveis (satélites), líquidos de provisões para perdas em decorrência de suas atividades estabelecidas pelo CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, e a revisão da vida útil. A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada em dados históricos, mudanças no ambiente de negócio no qual a Companhia atua e com base em avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica, concluiu-se que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo. h) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis: Conforme descrito na Nota 3.12, a Companhia e suas controladas efetuam análises dos indicadores de perda para os ativos imobilizados e intangíveis, bem como efetuam o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

10. Intangível:

Custo	Controladora					Cisão/ Incorporação					Controladora					Cisão/ Incorporação				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	(1)	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	(1)	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	(1)	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	(1)
Licenças de outorga (2)	14.273.800	-	-	91.000	-	119.120	14.483.920	47.864	-	1.650	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de software	4.212.881	19.467	(1.007)	243.523	-	22.410	4.497.294	2.007	(18)	625.753	(253.913)	-	-	-	-	254.028	-	-	-	-
Agio	3.705.809	-	-	1.043	-	-	3.706.852	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de circuitos e passagens	1.581.964	-	-	18.491	-	-	1.600.455	55.275	-	3.473	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de comércio	92.176	-	-	-	-	-	92.142	-	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	255.119	-	-	33.148	-	-	318.267	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	1.628.684	-	-	(66.393)	-	-	1.562.291	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de realização	(157.725)	-	-	-	-	-	(157.725)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível em andamento	288.447	338.516	-	(312.365)	-	-	314.598	222.415	-	(265.535)	-	-	-	-	-	145	-	-	-	-
Total	25.881.155	358.003	(1.007)	38.414	-	141.530	26.418.095	327.561	(18)	365.441	(254.052)	-	-	-	-	254.173	-	-	-	-

Custo	Controladora					Cisão/ Incorporação					Controladora					Cisão/ Incorporação				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	(1)	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	(1)	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	(1)	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	(1)
Licenças de outorga (2)	6,15 e 20	(10.199.489)	(485.619)	-	-	(51.112)	(10.736.219)	(472.011)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de software	5	(2.929.575)	(269.933)	1.007	(21.716)	(21.567)	(3.241.784)	(339.545)	18	(7.398)	186.323	(186.410)	-	-	-	-	-	-	-	-
Agio	-	(173.164)	-	-	(1.043)	-	(174.207)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de circuitos e passagens	5,12,15,20 e 30	(467.764)	(114.911)	-	21.785	-	(560.890)	(102.419)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de comércio	1	(89.526)	(2.634)	-	16	-	(92.144)	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	(278.043)	(891)	-	(57.793)	-	(336.727)	(2.226)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7-6,7 e 10,75	(1.031.797)	(130.611)	-	58.122	-	(1.104.266)	(31.614)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de realização	-	157.725	-	-	-	-	157.725	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível em andamento	-	(15.011.633)	(1.004.599)	1.007	(629)	(72.679)	(16.088.533)	(947.833)	18	(7.398)	186.323	(186.410)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	10.869.522	(646.596)	-	37.785	68.851	10.329.562	(620.272)	-	358.043	(67.729)	67.763	-	-	-	-	-	-	-	-

Custo	Controladora					Cisão/ Incorporação					Controladora					Cisão/ Incorporação				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	(1)	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	(1)	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	(1)	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	(1)
Licenças de outorga (2)	14.374.139	-	-	108.781	-	108.781	14.483.920	47.863	-	1.650	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de software	127.848	101.017	127.886	101.017	-	250.595	4.751.863	2.382	(18)	671.646	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agio	3.705.810	-	-	1.043	-	-	3.706.853	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de circuitos e passagens	1.593.581	-	-	18.491	-	-	1.612.072	55.274	-	3.473	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de comércio	92.176	-	-	-	-	-	92.142	-	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	260.556	-	-	70.741	-	-	331.297	463	(78)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	1.630.809	-	-	(66.465)	-	-	1.564.352	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de realização	(163.234)	-	-	(2.803)	-	-	(166.037)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível em andamento	288.447	338.516	-	(312.365)	-	-	314.598	222.415	-	(265.535)	-	-	-	-	-	145	-	-	-	-
Total	25.881.155	358.003	(1.007)	38.414	-	141.530	26.418.095	327.561	(18)	365.441	(254.052)	-	-	-	-	254.173	-	-	-	-

Custo	Controladora					Cisão/ Incorporação					Controladora					Cisão/ Incorporação				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	(1)	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	(1)	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	(1)	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	(1)
Licenças de outorga (2)	6,15 e 20	(10.199.489)	(485.619)	-	-	(51.112)	(10.736.219)	(472.011)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de software	5	(2.929.575)	(269.933)	1.007	(21.716)	(21.567)	(3.241.784)	(339.545)	18	(7.398)	186.323	(186.410)	-	-	-	-	-	-	-	-
Agio	-	(173.164)	-	-	(1.043)	-	(174.207)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de circuitos e passagens	5,12,15,20 e 30	(467.764)	(114.911)	-	21.785	-	(560.890)	(102.419)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de comércio	1	(89.526)	(2.634)	-	16	-	(92.144)	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	(278.043)	(891)	-	(57.793)	-	(336.727)	(2.226)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7-6,7 e 10,75	(1.031.797)	(130.611)	-	58.122	-	(1.104.266)	(31.614)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de realização	-	157.725	-	-	-	-	157.725	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível em andamento	-	(15.011.633)	(1.004.599)	1.007	(629)	(72.679)	(16.088.533)	(947.833)	18	(7.398)	186.323	(186.410)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	10.869.522	(646.596)	-	37.785	68.851	10.329.562	(620.272)	-	358.043	(67.729)	67.763	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) Representam transferências do intangível em andamento para operação, bem como do imobilizado para o intangível. (2) As licenças de outorga de frequência relembram-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal. (3) Incorporação da controlada Star One pela Companhia, conforme Nota 8. (4) Trata de intangíveis utilizados pela Companhia para aumento de capital da controlada TdS, conforme nota 8. (5) Incorporação da controlada PMS pela Companhia, conforme Nota 8.

11. Fornecedores e outras contas a pagar:

11.1 Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços	5.508.528	8.342.298	5.748.662	8.663.436
Fornecedores diversos	127.848	101.017	127.886	101.017
Interconexão e roaming	73.251	61.817	73.251	61.817
Cobilling	5.709.627	8.505.132	5.949.799	8.826.270

11.2 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores - cessão de crédito (1)	3.832.960	1.986.943	3.832.960	1.986.943
Total fornecedores e outras contas a pagar	104.24% CDI	1.533.503	2.100.000	3.633.503
Circulante	104,24% CDI	1.533.503	2.100.000	3.633.503
Não Circulante	-	-	-	-

(1) Para alguns projetos de construção de rede, de mais longo prazo, a Companhia negociou com determinados fornecedores prazos mais extensos de pagamento. Para estes projetos a Companhia anuiu a cessão de créditos por parte de alguns dos principais fornecedores que permite a antecipação do caixa a receber destes fornecedores para estes projetos. Considerando que a cessão de créditos a instituições financeiras é uma operação e deliberação exclusiva dos fornecedores e a Companhia não é ressarida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há despesa ou receita financeira para a Companhia.

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora/Consolidado				2018			
	Custo médio da dívida	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures (a)	104,24% CDI	1.533.503	2.100.000	3.633.503	1.024.658	2.600.000	3.624.658	
Notas promissórias (b)	107,16% CDI	-	2.455.078	2.455.078	1.451.676	-	1.451.676	
Finame (c)	-	-	-	-	4.128	-	4.128	
Finop (d)	-	-	-	-	2	1.198	1.200	
Total da dívida	105,40% CDI	1.533.503	4.555.078	6.088.581	2.480.464	2.601.198	5.081.662	

Segue abaixo as movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora					Consolidado				
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Correção Monetária/Cambial	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Captação	Pagamentos	Juros pagos
Debêntures (a)	2.523.962	1.100.000	-	(199.088)	-	199.784	3.624.658	1.000.000	-	(191.434)
Notas promissórias (b)	1.022.275	710.000	(350.000)	(27.738)	-	97.139	1.451.676	2.360.000	(1.360.000)	(159.087)
Finame (c)	626.236	-	(621.407)	(713)	1.676	28.804	4.128	-	-	-
Finop (d)	1.201	-	-	(59)	-	58	1.200	-	-	-
Empréstimos CCB (e)	65.037	-	(65.000)	(37)	-	-	-	-	-	-
Total	4.238.801	1.810.000	(1.036.407)	(258.269)	1.676	325.861	5.081.662	3.360.000	(2.365.317)	(350.697)

a) Debêntures: Em 02 de setembro de 2019, a Companhia realizou a 9ª emissão de 100.000 debêntures quinquenárias (nona emissão), não convertíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.000.000,00 de principal, remuneradas a 106,5% do CDI, juros a serem pagos trimestralmente a partir de março de 2020, e prazo de 3 anos, com vencimento final em setembro de 2022. As debêntures emitidas não têm garantia. No vencimento, em 23 de maio de 2019, a Companhia liquidou 100.000 debêntures relativas à sétima emissão da companhia, no valor de R\$1.000.000,00 de principal e R\$13.907 de juros, remuneradas a 103,9% do CDI, emitidas em 02 de junho de 2017. Em 28 de março de 2018, a Companhia realizou a emissão de 110.000 debêntures quinquenárias (sexta emissão), não convertíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando R\$1.100.000,00 de principal, remuneradas a 104% do CDI, juros a serem pagos trimestralmente a partir de 28 de junho de 2018, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 28 de março de 2021. As debêntures emitidas não têm garantia. Em 25 de outubro de 2017, a Companhia realizou a emissão de 1.500.000 debêntures quinquenárias (quinta emissão), não convertíveis em ações, de valor

CLARO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)				
Tributárias	Regulatórias, civis e ambientais	Trabalhistas e previdenciárias	Total	Contadora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.117.577	1.295.853	403.917	6.817.347
Adições (reversões), líquidas	(1.719.188)	492.450	558.490	(668.248)
Baixas por pagamentos	(5.041)	(344.815)	(149.092)	(498.948)
Atualização monetária	699.078	205.402	35.553	940.033
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.092.426	1.648.997	848.868	6.590.184
Adições (reversões), líquidas	27.817	238.935	210.082	476.834
Baixas por pagamentos	(15.028)	(267.475)	(179.811)	(462.314)
Atualização monetária	106.098	84.903	38.331	229.332
Adição por incorporação (1)	3.960	20	—	3.980
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.214.373	1.705.273	917.470	6.837.116
(1) Incorporação da controlada PMS pela Companhia, conforme Nota 8.				
Tributárias	Regulatórias, civis e ambientais	Trabalhistas e previdenciárias	Total	Contadora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.119.809	1.295.923	410.659	6.826.391
Adições (reversões), líquidas	(1.715.813)	492.492	558.492	(664.839)
Baixas por pagamentos	(5.086)	(344.815)	(150.700)	(500.601)
Atualização monetária	699.130	205.413	35.259	940.802
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.098.040	1.648.977	854.700	6.601.717
Adições (reversões), líquidas	29.754	238.936	212.054	480.744
Baixas por pagamentos	(15.055)	(267.475)	(181.358)	(463.888)
Atualização monetária	106.298	84.911	38.734	229.943
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.219.037	1.705.349	924.130	6.848.516
(1) Em virtude de decisão judicial favorável à Companhia, foi revertida a provisão de contingências, relativa à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS, no montante de R\$2.316.453 (R\$1.514.830 do principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$801.623 registrado no resultado financeiro).				
Foram constituídas provisões de contingências na Companhia no valor de R\$920.398, relacionadas principalmente à exigência de Imposto de Renda decorrente da concessão de créditos de ICMS, PIS e COFINS sobre operações de venda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no ano-calendário 1998, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), bem como a compensação de créditos do extinto Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido (ILL). Referidas provisões decorreram de decisões desfavoráveis, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujos fundamentos motivaram a reavaliação da sua probabilidade de perda para provável, pela Administração e seus consultores jurídicos.				
Depósitos e bloqueios judiciais:				
2019	2018	2019	2018	
Depósitos judiciais	3.357.568	3.257.444	3.367.843	3.267.901
Bloqueios judiciais	15.988	30.583	15.989	30.815
Total	3.373.556	3.288.027	3.383.832	3.298.716
A situação jurídica da Companhia e das suas controladas engloba processos de natureza tributária, civil, regulatória e trabalhista. A Administração, consoante a opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia e das suas controladas, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizações. Segue abaixo descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas. As contingências cujo desfecho desfavorável é considerado como possível não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37). 14.1.1. Contingências tributárias: Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nestes processos. a) ICMS: A Claro possui autuações fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$10.048.724 (R\$9.579.083, em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$736.596 são classificadas como perda provável (R\$648.565 em 31 de dezembro de 2018) e R\$9.312.128 são classificadas pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis (R\$8.930.518 em 31 de dezembro de 2018). Dentre as contingências de ICMS, destacamos: A Companhia possui autuações fiscais para exigência de ICMS principalmente sobre a cessão de capacidade satelital. Em 31 de dezembro de 2019, essas causas montam a R\$3.804.127 (R\$3.678.441 em 31 de dezembro de 2018), as quais foram avaliadas como possíveis de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. A Claro possui também autuações fiscais de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. O valor dessas contingências é de R\$454.094 em 31 de dezembro de 2019 (R\$442.012 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos da Companhia. A Claro possui contingências fiscais, oriundas da incorporação NET, referente à exigência de ICMS, pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em razão da não tributação das receitas decorrentes da locação de equipamentos, no valor de R\$494.335 em 31 de dezembro de 2019 (R\$459.484 em 31 de dezembro de 2018), do qual foi provisionado o valor de R\$315.237, relativo ao auto de infração lavrado pelo estado do Rio de Janeiro (R\$307.878 em 31 de dezembro de 2018). O valor remanescente é avaliado pela Administração e seus consultores como possível de perda. A Companhia possui autuação fiscal no valor atualizado de R\$738.369 em 31 de dezembro de 2019 (R\$771.472 em 31 de dezembro de 2018), referente ao ICMS sobre determinadas atividades, entendidas como não integrantes dos serviços de comunicação de dados. A probabilidade de perda desta causa é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos. A Claro possui ainda autuações fiscais decorrentes de crédito indevido de ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada como insumo em seus estabelecimentos operacionais, no valor de R\$160.603 em 31 de dezembro de 2019 (R\$279.837 em 31 de dezembro de 2018), são classificadas como possíveis de perda por seus consultores jurídicos. b) CSLL/IRPJ: A Companhia, a partir de 2019, possui contingências fiscais de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$3.481.834 (R\$3.466.960 em 31 de dezembro de 2018), do qual R\$871.366 foi classificado como perda provável (R\$592.498 em 31 de dezembro de 2018) e R\$2.610.468 classificado pela Administração e seus consultores como possível (R\$2.514.462 em 31 de dezembro de 2018). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: A Claro possui exigência fiscal, oriunda da incorporação Embratel, relativa ao IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do trabalho, no valor de R\$290.208 (R\$285.464 em 31 de dezembro de 2018), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como provável, tendo sido constituída provisão pelo valor integral. A Claro possui contingências fiscais referentes à exigência de IRPJ e a CSLL resultantes de amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos, no montante de R\$415.891 em 31 de dezembro de 2019 (R\$147.037 em 31 de dezembro de 2018). Em julgamento realizado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não definitiva, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após				
decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$13.932 (R\$9.926 em 31 de dezembro de 2018), sendo o valor restante (R\$4.006) do montante de R\$2.301.955 (R\$2.037.115 em 31 de dezembro de 2018), classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. c) IRRF/CIDE: A Claro e a sua controlada possuem autuações fiscais de IRRF e CIDE no valor de R\$556.559 em 31 de dezembro de 2019 (R\$525.358 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste montante, R\$17.037 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.917 em 31 de dezembro de 2018), são classificadas como perdidas prováveis e R\$539.522 em 31 de dezembro de 2019 (R\$513.441 em 31 de dezembro de 2018), são classificadas pela Administração e seus consultores jurídicos como perdas possíveis. d) PIS/COFINS: A Claro e as suas controladas TdE e BrasilCenter possuem autuações de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$5.576.380 (R\$2.970.141 em 31 de dezembro de 2018), do qual R\$1.139.909 foi classificado como perda provável (R\$1.061.282 em 31 de dezembro de 2018) e R\$4.436.471 foi classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis (R\$1.908.859 em 31 de dezembro de 2019). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos: A Claro possui contingências de PIS e COFINS relacionadas à exclusão de receitas de intercorrelação da base de cálculo do PIS e do COFINS, no valor de R\$1.091.692 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.028.437 em 31 de dezembro de 2018), tendo sido constituída provisão no valor integral da contingência. Em setembro de 2018, considerando a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 574.706 submetido à sistemática da repercussão geral, a Administração e seus consultores jurídicos, entendendo pela reversão da provisão constituída pela Claro, no montante de R\$2.316.453. A Claro possui ainda contingências fiscais relacionadas a glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo, no valor de R\$1.495.584 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.448.311 em 31 de dezembro de 2018). Os consultores jurídicos da Companhia avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa. e) FUST/FUNTEL: A Claro e a sua controlada TdE possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST no valor de R\$2.281.723 atualizadas em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.635.472 em 31 de dezembro de 2018), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de intercorrelação da base de cálculo do FUST. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como provável a perda provável o montante de R\$344.542 atualizadas em 31 de dezembro de 2019 (R\$336.159 em 31 de dezembro de 2018), e o restante como possível. A Claro e a sua controlada TdE possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTEL no valor de R\$1.002.569 em 31 de dezembro de 2019 (R\$955.675 em 31 de dezembro de 2018), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de intercorrelação da base de cálculo do FUNTEL. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como provável a perda provável o montante de R\$296 atualizadas em 31 de dezembro de 2019 (R\$569 em 31 de dezembro de 2018) e o restante como possível. f) Saldo negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL/LL: A Claro e a suas controladas TdE e BrasilCenter possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais em créditos de Saldo Negativo de IRPJ, Base Negativa de CSLL e LL, no valor de R\$602.733 (R\$587.357 em 31 de dezembro de 2018) dos quais R\$414.823 (R\$403.340 em 31 de dezembro de 2018) são classificadas pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis e R\$187.910 (R\$184.017 em 31 de dezembro de 2018) g) ISS: A Claro e a sua controlada BrasilCenter possuem contingências de ISS substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, considerando a decisão proferida pelo STF no julgamento do RE 574.706, do qual R\$1.002.569 em 31 de dezembro de 2019 (R\$955.675 em 31 de dezembro de 2018) são classificadas pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda. h) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC: A Claro possui contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública no valor de R\$915.792 em 31 de dezembro de 2019 (R\$876.306 em 31 de dezembro de 2018), do qual R\$1.002.569 em 31 de dezembro de 2019 (R\$955.675 em 31 de dezembro de 2018) são classificadas pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda. i) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC: A Claro possui contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública no valor de R\$915.792 em 31 de dezembro de 2019 (R\$876.306 em 31 de dezembro de 2018), do qual R\$1.002.569 em 31 de dezembro de 2019 (R\$955.675 em 31 de dezembro de 2018) são classificadas pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda. j) Taxa de Fiscalização e Instalação (TFI): A Claro possui contingência referente ao não recolhimento da TFI supostamente devida em razão das renovações das licenças de direito de uso de radiofrequências no valor de R\$2.246.181 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.155.608 em 31 de dezembro de 2018). A Administração e seus consultores jurídicos da Companhia avaliam como possível a probabilidade de perda. l) Outras contingências tributárias: A Claro e as suas controladas TdE e BrasilCenter possuem outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo CPMF, ITR, IPI, IOF, IT, Contribuições para o Senai e para a FGTS, multas na importação de mercadorias e outros no valor de R\$90.349 em 31 de dezembro de 2019 (R\$108.252 em 31 de dezembro de 2018). Foi constituída provisão no valor de R\$7.615 nas controladas em 31 de dezembro de 2019 (R\$21.369 em 31 de dezembro de 2018). 14.1.2. Contingências regulatórias, civis, ambientais, trabalhistas e previdenciárias: Incluem diversas demandas regulatórias, civis, ambientais, trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nestes processos. Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2.853.027, sendo R\$998.613 considerado como perda provável e R\$1.854.414 como possível (R\$996.360 considerado como perda provável e R\$1.679.435 como possível, em 31 de dezembro de 2018). Para as demandas civis, em 31 de dezembro de 2019, o valor foi de R\$2.494.633, sendo R\$624.228 considerado como perda provável e R\$1.870.405 como possível (R\$576.765 considerado como perda provável e R\$1.649.445 como possível em 31 de dezembro de 2018). Para as demandas de consumidor, em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$778.328, sendo R\$73.771 considerado como perda provável e R\$704.557 como possível (R\$94.872 considerado como perda provável e R\$704.557 como possível em 31 de dezembro de 2018). Para as demandas ambientais o valor envolvido em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$222.526, sendo R\$222.526 considerado como perda provável e R\$0 como possível (R\$10.960 considerado como perda provável e R\$220.027 como possível, em 31 de dezembro de 2018). Para as demandas trabalhistas o valor envolvido em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$234.044, sendo R\$924.130 considerado como perda provável e R\$2.310.274 como possível (R\$854.700 considerado como perda provável e R\$2.520.161 como possível, em 31 de dezembro de 2018). Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) determinado a adoção de Índice de Preços no Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento expressivo aproximado dos valores contenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST, motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na TRD. A Claro e a sua controlada BrasilCenter possuem contingências referentes à exigência de contribuições previdenciárias, no período de 1996 a 2019, no valor atualizado de R\$169.062 em 31 de dezembro de 2019 (R\$168.147 em 31 de dezembro de 2018), sendo que R\$456 foi classificado como perda provável (R\$434 em 31 de dezembro de 2018) e R\$168.606 (R\$167.713 em 31 de dezembro de 2018) foi classificado como perda provável pela Administração e seus consultores jurídicos. 14.1.2.1. Regulatórias: a) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas: a) Correcção monetária: Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de porcentagens sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos. Se forem				
utilizados outros métodos ou indicadores, o valor da indenização pode aumentar. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu provisão de R\$694.167 (R\$673.202 em 31 de dezembro de 2018) com risco provável e a 2ª instância. Em 16 de outubro de 2012, a Claro venceu a licitação pública 01/2012/3V/CSPV da ANATEL, adquirindo algumas outorgas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejo para desocupação das subfaixas, nos termos do artigo 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010. Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R\$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI. Em julho de 2013 a Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender legal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejo. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a Claro efetuou o depósito judicial de R\$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A Claro apelou da decisão, que está pendente de julgamento. Informamos que durante o ano de 2016, a Claro e algumas empresas parte Rê realizaram acordo pondo fim às disputas objeto da Ação judicial em comento. Referidos acordos não implicam em reconhecimento de tese de uma parte à outra, estando os mesmos devidamente homologados judicialmente. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, como perda provável b) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC: Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada bônus, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação. Em decorrência da divergência com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2019, R\$139.094 como perda provável (R\$127.661 em 31 de dezembro de 2018) e R\$139.094 como perda provável (R\$127.661 em 31 de dezembro de 2018). c) Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas à autorização do SMP: Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada bônus, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela Claro, nos termos dos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação. Em decorrência da divergência com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2019, R\$227.681 (R\$225.210 em 31 de dezembro de 2018) como perda provável. d) Implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica: Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia, ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais no valor de R\$2.065 (R\$2.015 em 31 de dezembro de 2018), avaliadas pela Administração e seus consultores jurídicos como perda provável e) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's): Em decorrência de acordo de cumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativamente e judicialmente, tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2019 e valor de R\$901.350 como perda provável e R\$1.715.320 como possível (R\$266.505 como perda provável e R\$1.448.789 como perda provável em 31 de dezembro de 2018). 14.1.2.2. Cíveis: a) Decreto (ISAC): Em 27 de julho de 2009, foi movida uma ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da Claro, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por ter alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e II da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/06. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019, como perda provável, em setembro de 2013, a Claro foi condenada ao pagamento de R\$300.000, a título de danos morais coletivos. A Controladora, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, como perda provável b) Disputa com terceiros: A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração e seus consultores jurídicos, avaliado em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$24.228 como perda provável (R\$2.885 em 31 de dezembro de 2018), e R\$1.569.055 como perda provável (R\$1.348.095 em 31 de dezembro de 2018). 14.2. Provisão para desmantelamento de ativos: A Companhia mantém registrada provisão para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada o valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente. Em 31 de dezembro de 2019, o montante registrado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R\$217.241 (R\$268.545 em 31 de dezembro de 2018). E o montante de R\$626.631 a crédito no passivo, na rubrica de outros passivos não circulante (R\$652.732 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação do mercado referente aos riscos específicos da Companhia. A taxa de desconto foi estimada com base na Selic, sendo 6,5% em 31 de dezembro de 2019 (6,5% em 31 de dezembro de 2018). A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:				
Contadora		Consolidado		
2019	2018	2019	2018	
Saldo inicial	652.732	613.241	652.732	613.241
Atualização monetária	(18.650)	(11.538)	(18.650)	(11.538)
Adições (baixas), líquidas	(6.251)	31.029	(6.603)	51.029
Total	626.831	652.732	627.389	652.732
15. Transações com partes relacionadas: 15.1. Condições gerais: As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. Certas transações (cobrança, longa distância, venda de equipamentos, fees referentes aos serviços prestados de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas conforme contrato de prestação de serviços, taxa cobrada pelo uso da marca "Claro" e outros), por possuírem características e condições únicas, não são comparáveis, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais. Conforme descrito na Nota 1, a Companhia junto com as demais operadoras adquirentes da Radiodifusão de Faixa de 700MHz (através do leilão realizado em dezembro de 2014) constituíram em 2 de março de 2015 a Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD). Conforme descrito na Nota 16, a Claro e sua controlada TdE são patrocinadoras de planos de benefícios pós-emprego, aos seus empregados junto à TdE - Fundação Embratel de Seguridade Social (Tolos). Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:				

continua →

CLARO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

-2- continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Natureza da transação	2019		2018		2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina	252.420	-	167.068	-	332.659	156.822	332.659	156.822
Comunicação Celular, S.A. ("Comcel")	176.013	211	101.683	-	425.039	347.018	425.039	347.018
Amov Finance B.V.	-	21.236.610	-	23.089.778	(2.579.863)	(2.827.806)	-	-
Claro Chile	6.196	-	3.352	-	13.992	(344)	13.992	(344)
Puerto Rico Telephone Company, INC ("Puerto Rico") (1)	-	-	-	138.849	(28.623)	(2.297)	-	-
Americel S.A.	15.918	303.837	15.805	212.116	(153.480)	(154.534)	15.918	303.837
Telecel Latam	7.032	132.090	-	139.817	(27.361)	(21.019)	7.032	132.090
Claro Video, LLC ("DLA")	-	4.663	90.341	29.515	(154.011)	(83.167)	-	4.663
Primesys Soluções Empresariais S.A. ("PMS") (2)	-	-	445.367	635.972	36.196	531.720	-	-
Star One S.A. ("Star One") (3)	-	-	-	-	-	-	-	-
HTSS do Brasil Serviços ("HTSS")	1.704	71.886	151	44.017	(186.224)	(155.332)	1.704	71.886
Procsa do Brasil Projetos e Construções ("Procsa")	1.487	56.670	1.488	57.299	(124.923)	(120.721)	1.487	56.670
Telecel Colombia S.A.	-	-	38.267	1.139	44.567	86.863	-	-
América Móvil	-	28.933	-	29.074	-	-	-	28.933
Cablema	45	4.271	46	50.292	(423)	(5.397)	45	4.271
BrasilCenter Comunicações Ltda.	18.229	28.536	6.524	16.360	(340.838)	(226.478)	18.229	28.536
Claro Telecom Participações S.A.	54	1.553.917	-	1.559.451	(93.615)	(42.047)	54	1.553.917
Claro Corporate (4)	-	-	3.353	-	99	10	-	-
Embratel Tysat Telecomunicações S.A. ("Tysat") (5)	943.528	1.409.501	1.985.829	2.726.746	58.289	1.299.423	943.528	1.409.501
Outras partes relacionadas	827.432	1.160.450	1.030.498	1.413.125	40.474	1.038.691	827.432	1.160.450
	19.028	123.639	24.118	119.859	70.993	61.850	19.028	123.639
	2.269.086	26.115.214	3.913.930	30.263.407	(2.863.281)	(151.374)	2.269.086	26.115.214
	2.269.086	26.115.214	3.913.930	30.263.407	6.041.790	6.041.790	2.269.086	26.115.214

(1) Inclui contrato de aquisição do Direito Irrevogável de Uso de Capacidade. (2) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados. (3) Inclui contrato de aquisição do Direito Irrevogável de Uso de Capacidade. (4) Incorporada pela Companhia, conforme Nota 8. (5) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados.

Natureza da transação	2019		2018		2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina	253.513	-	176.271	-	142.358	180.308	253.513	180.308
Comunicação Celular, S.A. ("Comcel")	184.098	211	111.803	-	463.536	382.158	184.098	382.158
Amov Finance B.V.	-	21.236.610	-	23.364.398	(2.581.179)	(2.857.841)	-	-
Claro Chile	6.196	-	3.352	-	13.992	(342)	6.196	(342)
Puerto Rico Telephone Company, INC ("Puerto Rico") (1)	-	-	-	138.849	(28.623)	(2.297)	-	-
Americel S.A.	15.918	303.837	15.805	212.116	(153.480)	(154.835)	15.918	303.837
Telecel Latam	7.032	132.090	-	139.817	(27.361)	(21.019)	7.032	132.090
Claro Video, LLC ("DLA")	-	4.663	90.341	36.444	(165.610)	(136.312)	-	4.663
HTSS do Brasil Serviços ("HTSS")	1.745	73.845	1.407	47.854	(200.058)	(165.124)	1.745	73.845
Procsa do Brasil Projetos e Construções ("Procsa")	2.317	56.683	3.601	57.423	(124.911)	(120.847)	2.317	56.683
Telecel Colombia S.A.	-	-	38.267	1.139	44.567	86.863	-	-
América Móvil	-	28.933	-	29.074	-	-	-	28.933
Cablema	45	4.271	46	50.292	(423)	(5.397)	45	4.271
BrasilCenter Comunicações S.A.	54	1.553.917	-	1.559.451	(93.615)	(42.047)	54	1.553.917
Embratel Tysat Telecomunicações S.A. ("Tysat") (2)	961.632	1.409.501	1.997.575	2.726.746	90.392	1.362.058	961.632	1.409.501
Outras partes relacionadas	28.071	52.611	59.863	48.426	141.959	172.116	28.071	52.611
	1.460.621	24.857.272	2.498.345	28.412.029	(2.478.456)	(1.313.787)	1.460.621	24.857.272
	1.460.621	24.857.272	2.498.345	28.412.029	6.041.790	6.041.790	1.460.621	24.857.272

(1) Inclui contrato de aquisição do Direito Irrevogável de Uso de Capacidade. (2) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados.

(a) Em 07 de março de 2008, a Claro e a AMX Argentina, firmaram o contrato de licença para uso pela AMX Argentina de diversas marcas de propriedade da Claro, no território argentino. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida pela AMX Argentina durante os trimestres. O prazo deste contrato foi de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos. (b) Referência a serviços de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas, prestados pela Claro, conforme contratos de prestação de serviços e assistência técnica, com base em percentual calculado sobre as receitas operacionais das empresas assessoradas. Possuem vencimentos de 30 a 60 dias e não há incidência de encargos financeiros, incorrendo apenas atualização pela variação do dólar norte-americano. O prazo desses contratos é de um ano, renovável a cada término de vigência. (c) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Empresa	Referência	Relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	31/12/2018		31/12/2018		31/12/2018	
					Captações	Provisão	Captações	Provisão	Captações	Provisão
Claro	c.2)	Amov Finance B.V.	10,50%	26 de fevereiro de 2021	-	332.140	-	332.140	-	332.140
Claro	c.3)	Amov Finance B.V.	10,50%	28 de dezembro de 2020	434.186	-	(2.000)	(46.140)	432.186	-
TdB	c.4)	Amov Finance B.V.	10,80%	28 de dezembro de 2020	274.620	-	-	(30.035)	274.620	-
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	10,50%	14 de março de 2024	3.149.608	-	(1.345.498)	(1.542.459)	1.804.110	1.575.969
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	11,50%	15 de março de 2027	25.913.114	-	(1.556.719)	(1.432.369)	20.753.102	20.753.102
					25.913.114	332.140	(2.908.219)	(2.688.895)	23.004.895	23.364.398

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias. (2) Em 2019 e 2018, a Companhia liquidou juros e antecipou a liquidação parcial de alguns contratos de empréstimos com a Amov Finance B.V.

c.1) Em 17 de janeiro de 2019, a Companhia contratou empréstimos no valor total de R\$505.500. Estes empréstimos foram utilizados para compor o refinanciamento de passivos da Companhia. No decorrer de 2019, a Companhia efetuou o pagamento total destes contratos. c.2) Em 29 de março e 28 de fevereiro de 2018, a Companhia contratou novos empréstimos no valor de R\$166.000 e R\$166.140 respectivamente. Estes empréstimos foram utilizados integralmente para compor o refinanciamento de passivos da Companhia. c.3) O contrato da Companhia, cujo vencimento ocorreria dia 29 de dezembro de 2017, foi refinanciado com a Amov Finance B.V., com vencimento para 28 de dezembro de 2020 e taxa de juros fixa de 10,50% a.a. No decorrer de 2019, a Companhia antecipou o pagamento do principal de R\$431.680. c.4) Em 17 de janeiro de 2019, através de um contrato de assunção de dívida, do saldo do contrato da controlada TdB no valor de R\$274.290, a Companhia assumiu a dívida que a controlada TdB tinha com a Amov Finance B.V., pelo valor total de R\$275.689, obtendo redução da taxa de juros e alterando o seu vencimento. Em agosto de 2019, a Companhia pré-pagou R\$166.467 de principal e em 18 de setembro de 2019, o valor principal de R\$109.222 e juros de R\$2.413 foram incorporados a um novo contrato mantendo as mesmas condições do contrato original. c.5) Em março de 2017, a Companhia fez uma reestruturação da dívida, com a quitação integral de 14 contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de principal R\$26.392.046 e de juros R\$1.176.813, o a contratação de quatro novos contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de R\$27.310.660 com prazo de sete e dez anos, conforme abaixo:

Devedor	Valor (R\$)	Taxa	Vencimento	2019		2018	
				Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Claro S.A.	10.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
Claro S.A.	9.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027	9.000.000	9.000.000	9.000.000	9.000.000
Claro S.A.	5.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
Claro S.A.	3.310.661	10,50% a.a.	14 de março de 2024	3.310.661	3.310.661	3.310.661	3.310.661

No decorrer de 2019, a Companhia efetuou pagamentos no montante de R\$1.489.928, sendo antecipado o pagamento parcial destes contratos no valor de R\$446.025. c.6) Em 18 de junho de 2019, a Companhia contratou empréstimo no valor total de R\$158.300. Este empréstimo foi utilizado para compor o refinanciamento de passivos da Companhia. c.7) No dia 18 de setembro de 2019, a Companhia firmou com a Amov Finance B.V. um contrato de empréstimo com o refinanciamento de juros no valor de R\$404.880. Este valor refere-se à parcela de juros vencidos nesta mesma data do valor de R\$293.245 referentes aos contratos descritos no c.5), e ao saldo de principal e juros totalizando R\$111.635 referentes ao contrato descrito no c.4). **Debtors:** Em 27 de julho de 2018 a Companhia realizou a 8ª emissão de 151.500 debêntures quinquenárias (ótima emissão) privada, não conversíveis em ações, do valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando R\$1.515.000 de principal, remuneradas a 105%

empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se em benefícios pós-emprego concedidos aos empregados. Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Companhia possui obrigações, no passivo não circulante, que somam R\$2.356.975 em 31 de dezembro de 2019. O montante de contribuições projetadas para o AMAP no exercício de 2020 é de R\$82.848. Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência do Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social ("PPECV"), a alteração do regulamento do PBD e publicada no Diário Oficial no dia 2 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telcel e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência da Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o artigo 8º da Resolução CGPC nº 26, de 23 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano. Em 31 de dezembro de 2019 a posição consolidada de participantes do PBD era: 2 ativos e 3.184 aposentados e pensionistas. A Companhia oferecia aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos. A partir de 1º de maio de 2009, a ITAUPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford. A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto a Telcel, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciários, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAUPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014. O PCV foi instituído pela Telcel, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 3 a 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário-base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade. Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telcel e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telcel deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no lucro mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telcel no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telcel, atualizado para 31 de dezembro de 2019, montou a importância de R\$14.563 no circulante e R\$1.801 no não circulante. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia firmou o primeiro termo aditivo ao termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, prorrogando o vencimento do saldo devedor por mais 10 anos, passando a vencer em dezembro de 2028. Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PPECV - Superintendência do Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014. As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento. Em 31 de dezembro de 2019 a posição consolidada de participantes do PCV era: 6.407 ativos e 4.130 aposentados e pensionistas. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2020 é de R\$2.415. O valor do principal é pago mensalmente em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano. Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados. Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, da controladora e consolidado:

(1) Inclui contrato de aquisição do Direito Irrevogável de Uso de Capacidade. (2) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados.

Natureza da transação	2019		2018		2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina	253.513	-	176.271	-	142.358	180.308	253.513	180.308
Comunicação Celular, S.A. ("Comcel")	184.098	211	111.803	-	463.536	382.158	184.098	382.158
Amov Finance B.V.	-	21.236.610	-	23.364.398	(2.581.179)	(2.857.841)	-	-
Claro Chile	6.196	-	3.352	-	13.992	(342)	6.196	(342)
Puerto Rico Telephone Company, INC ("Puerto Rico") (1)	-	-	-	138.849	(28.623)	(2.297)	-	-
Americel S.A.	15.918	303.837	15.805	212.116	(153.480)	(154.835)	15.918	303.837
Telecel Latam	7.032	132.090	-	139.817	(27.361)	(21.019)	7.032	132.090
Claro Video, LLC ("DLA")	-	4.663	90.341	36.444	(165.610)	(136.312)	-	4.663
HTSS do Brasil Serviços ("HTSS")	1.745	73.845	1.407	47.854	(200.058)	(165.124)	1.745	73.845
Procsa do Brasil Projetos e Construções ("Procsa")	2.317	56.683	3.601	57.423	(124.911)	(120.847)	2.317	56.683
Telecel Colombia S.A.	-	-	38.267	1.139	44.567	86.863	-	-
América Móvil	-	28.933	-	29.074	-	-	-	28.933
Cablema	45	4.271	46	50.292	(423)	(5.397)	45	4.271
BrasilCenter Comunicações S.A.	54	1.553.917	-	1.559.451	(93.615)	(42.047)	54	1.553.917
Embratel Tysat Telecomunicações S.A. ("Tysat") (2)	961.632	1.409.501	1.997.575	2.726.746	90.392	1.362.058	961.632	1.409.501
Outras partes relacionadas	28.071	52.611	59.863	48.426	141.959	172.116	28.071	52.611
	1.460.621	24.857.272	2.498.345	28.412.029	(2.478.456)	(1.313.787)	1.460.621	24.857.272
	1.460.621	24.857.272	2.498.345	28.412.029	6.041.790	6.041.790	1.460.621	24.857.272

(1) Inclui contrato de aquisição do Direito Irrevogável de Uso de Capacidade. (2) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados.

	2019		2018	
Ativo (passivo) de benefícios	AMAP e plano de saúde	PBD	AMAP e plano de saúde	PBD
Valor presente das obrigações atuais	(2.327.881)	(2.729.098)	(1.488.485)	(2.346.057)
Valor justo dos ativos (superávit deficit) do plano	6.990	4.017.288	5.472	3.741.272
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecoverável)	(2.320.891)	1.288.190	(1.483.013)	1.395.215
Total do ativo	-	(947.086)	-	(1.001.540)

CLARO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Os principais fatores de risco de mercado que afetam as operações da Companhia e suas controladas são os riscos de crédito, de liquidez e de câmbio. O objetivo da gestão da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e a maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	197.038	92.114
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.088.581)	(5.081.652)
Endividamento líquido	5.891.543	4.989.548
Patrimônio líquido	16.336.694	15.109.836
	36,1%	33,0%

a) Risco de taxa de câmbio: Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar		
Cenário I - Provável	Dólar - 5%:	R\$ 3,8292
Cenário II	Dólar - 25%:	R\$ 3,0230
Cenário III	Dólar - 50%:	R\$ 2,0154
Risco de alta do dólar		
Cenário I	Dólar + 5%:	R\$ 4,2322
Cenário II	Dólar + 25%:	R\$ 5,0384
Cenário III	Dólar + 50%:	R\$ 6,0461

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

	Posição em 31/12/2019	Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Operação				
Queda do dólar US\$				
Fornecedores	353.433	17.672	88.358	176.717
Outros (Ativos-Passivos)	(34.292)	(1.715)	(8.573)	(17.146)
Alta do dólar US\$				
Fornecedores	353.433	(17.672)	(88.358)	(176.717)
Outros (Ativos-Passivos)	(34.292)	1.715	8.573	17.146

d) Risco de taxa de juros: Este risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Na data de encerramento do exercício, a Administração

considerou relevantes os seguintes cenários:

	Cenário I CDI + 20%	Cenário II CDI + 20%
CDI em 31/12/2019	4,40%	5,28%
CDI em 31/12/2019	4,40%	5,28%

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

	Posição em 31/12/2019	Cenário I	Cenário II
Operação			
Divida indexada a CDI	R\$6.088.581	(73.296)	77.646

A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para lidar com este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade das taxas. O risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores laturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares ("dealers") e distribuidores de cartões pré-pago. A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da área em que sejam recebidos as inscrições. O risco de crédito em relação à inadimplência de seus clientes de telefonia móvel celular é diversificado. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL. A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus clientes. O risco de liquidez: O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dividendos. A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida de longo prazo existente em 31 de dezembro de 2019:

	Posição em 31/12/2019	Cenário I	Cenário II
Operação			
Queda do dólar US\$			
Fornecedores	353.433	17.672	88.358
Outros (Ativos-Passivos)	(34.292)	(1.715)	(8.573)

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a

garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu balanço patrimonial e não gerando risco de liquidez.

24. Compromissos: A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com capex, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de dezembro de 2019, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	Controladora	Consolidado
2020	1.482.101	1.502.415
2021 a 2024	2.070.289	2.070.289
2025 a 2029	2.132.038	2.132.038
Total	5.684.430	5.704.742

25. Seguros: A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adotadas e o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R\$1.305.500 abrangendo todas as modalidades do grupo. O risco de perda decorrente de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual é determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

26. Outras garantias: A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, civis e trabalhistas no montante de R\$13.525.766 na Controladora e R\$13.612.509 no consolidado em 31 de dezembro de 2019 (R\$10.664.168 na controladora e R\$10.872.537 no consolidado em 31 de dezembro de 2018). 27. Eventos subsequentes: a) Debêntures: Em 02 de janeiro de 2020 foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") da Companhia a 10ª emissão de 2.500.000 debêntures quirográficas (décima emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00 (hum mil reais), totalizando R\$2.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 0,98% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de julho de 2020 e prazo de 2 anos, com vencimento final em janeiro de 2022. As debêntures não têm a garantia. b) Efeito do Coronavírus (COVID-19) nas Demonstrações Financeiras: Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitiu o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/02/2020, no qual destaca a importância de as Companhias abertas considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis. Na data da emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia e suas controladas não vislumbram riscos à continuidade de seus negócios. Não é possível mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do COVID-19.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Daniel Hajj Aboumrad - Presidente
Carlos José García Moreno Elizondo - Vice-Presidente
Alejandro Cantú Jiménez - Membro
Oscar von Hauske Solis - Membro
Alberto de Orleans e Bragança - Membro
José Formoso Martinez - Membro
José Antônio Guaraldi Félix - Membro

José Antônio Guaraldi Félix

Diretor Presidente

José Formoso Martinez

CEO Mercado Empresarial

Roberto Catalão Cardoso

Diretor Executivo Administrativo e Financeiro

DIRETORIA

Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho

Diretor Executivo Jurídico e Regulatório

Rodrigo Marques de Oliveira

Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional

Daniel Feldmann Barros

CEO Mercado Residencial

Paulo Cesar Pereira Teixeira

CEO Mercado Pessal

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Márcia Motta Sá

CONTADOR

Ricardo Basso Gaino

Gerente de Contabilidade

CRC - 04/0021/0-D-S-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Claro S.A. - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito. Responsabilidade da administração: A administração é responsável pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A administração é responsável pela elaboração e adequação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente do erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, quando as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente de auditoria sobre as demonstrações financeiras das entidades ou atividades do negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP/034519-D-6
Luiz Carlos Marques
Contador - CRC-1SP/147693-D-5

Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ/MF nº 12.489.315/0001-23 - NIRE 35.300.383.656

Companhia Anônima

Extraordinária a ser Realizada

Convocamos os senhores acionistas da sociedade por ações aberta, com sede em São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1 sala H, CEP 04547-006, inscrita no nº 35.300.383.656 e no Cadastro Nacional no da Economia (CNPJ) sob nº 12.489.315/0001-23, para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2020, às 14h, no local acima mencionado, para deliberar sobre a distribuição de dividendos e em (i) deliberar sobre a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2020. São Paulo, 24 de março de 2020. José Luiz de Godoy Pereira - Presidente do Conselho de Administração.

CERTIFICADO DE REGISTRO

ROD. O NÚMERO

167.794/20-6

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO - JUCESP

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

EMA AGRICOLA S.A.

CNPJ nº 12.331.388/0001-92

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação

Pretam convocados, nos termos do Artigo 132 da Lei 6.404/76, os acionistas da Ema Agrícola S.A., a se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2020, às 14h, no local acima mencionado, para deliberar sobre a distribuição de dividendos e em (i) deliberar sobre a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2020. São Paulo, 24 de março de 2020. José Luiz de Godoy Pereira - Presidente do Conselho de Administração.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO - JUCESP

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

MARUBENI BRASIL S.A.

CNPJ (MF) nº 60.884.756/0001-72 - NIRE 35.300.262.180

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 09/03/2020

Local e Data: Na sede da Companhia localizada na Avenida Paulista, nº 854, 12º andar, Bela Vista, São Paulo - SP, às 10h00 no dia 09 de março de 2020, reuniram-se os acionistas. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76 em razão da presença dos Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme assinaturas lançadas na presente Ata e no Livro de Presença dos Acionistas. Composição da Mesa: Presidente - Sr. Tadaaki Kurakake; e Secretário - Sr. Tatsuya Taguchi. Ordem do dia: Deliberar acerca da eleição do Sr. Takahiro Yamazaki, em substituição ao Sr. Yuta Mori no cargo de Diretor da Companhia. Deliberações: Após discussão da matéria da ordem do dia, os Acionistas aprovaram, por unanimidade, de votos, a indicação do Sr. Takahiro Yamazaki, de nacionalidade japonesa, portador do Passaporte nº TR2517324, expedido pelo Governo Japonês, para o cargo de Diretor, junto à matriz em São Paulo/SP, em substituição ao Sr. Yuta Mori; ressalvando-se que a efetiva nomeação e a posse do indicado ao referido cargo encontra-se condicionada à liberação da Autorização de Residência pela Coordenação Geral de Imigração e obtenção do respectivo visto consular, nos termos da legislação vigente. Encerramento - Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual foi lida, aprovada, e assinada por todos os presentes. Mesa: Tadaaki Kurakake - Presidente da Mesa; Tatsuya Taguchi - Secretário da Mesa. Acionistas: Marubeni Corporation - p/p Tadaaki Kurakake; Tadaaki Kurakake. JUCESP sob nº 152.091/20-8 em 18/03/2020.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO - JUCESP

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

Claro

Claro S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

—☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	2019				2018			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total		
Ativo fiscal diferido								
Prejuízos fiscais	2.711.710	987.497	3.699.207	2.858.752	1.040.432	3.899.184		
Provisão para perdas de crédito esperadas	847.681	305.165	1.152.846	931.322	335.276	1.266.598		
Provisão para contingências	1.392.752	501.391	1.894.143	1.288.019	463.687	1.751.706		
Tributos com exigibilidade suspensa	478.249	172.692	650.941	611.571	210.387	821.958		
Crédito fiscal incorporado (1)	204.423	73.592	278.015	308.583	111.090	419.673		
Plano atuarial	535.588	192.812	728.400	371.156	133.616	504.772		
Efeitos de IFRS 16/CPC 06 (R2)	54.187	19.507	73.694	-	-	-		
Outras diferenças temporárias	575.870	207.314	783.184	666.812	240.052	906.864		
Total	6.800.460	2.459.448	9.259.908	6.873.453	2.485.724	9.359.177		
Passivo fiscal diferido								
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(25.724)	(18.915)	(6.809)	(25.724)		
Plano atuarial	(98.975)	(35.631)	(134.606)	(98.419)	(35.431)	(133.850)		
Ágio em aquisições (2)	(591.553)	(185.836)	(777.389)	(643.264)	(204.452)	(847.716)		
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(543.662)	(195.719)	(739.381)	(464.242)	(167.372)	(631.614)		
Depreciação acelerada (3)	(92.326)	(33.238)	(125.564)	(107.758)	(38.793)	(146.551)		
Outras diferenças temporárias	(1.436.743)	(490.105)	(1.926.848)	(1.418.551)	(500.799)	(1.919.350)		
Total	(3.667.217)	(1.361.343)	(5.028.560)	(3.639.929)	(1.286.184)	(4.926.113)		

(1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio verificado da incorporada NET. Conforme Instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICPQ09 (R1) emitido pelo CFC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica denominada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R\$575.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiaí, em 31 de dezembro de 2014. (3) Depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8.

	2019				2018			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total		
Ativo fiscal diferido								
Prejuízos fiscais	2.722.443	991.360	3.713.803	2.871.223	1.044.964	3.916.187		
Provisão para perdas de crédito esperadas	850.616	306.222	1.156.838	933.649	336.114	1.269.763		
Provisão para contingências	1.393.857	501.789	1.895.646	1.289.949	464.382	1.754.331		
Tributos com exigibilidade suspensa	478.250	172.692	650.942	611.571	210.387	821.958		
Crédito fiscal incorporado (1)	204.423	73.592	278.015	308.583	111.090	419.673		
Plano atuarial	535.611	192.812	728.423	371.156	133.616	504.772		
Efeitos de IFRS 16/CPC 06 (R2)	54.259	19.534	73.793	-	-	-		
Outras diferenças temporárias	604.521	217.628	822.149	707.676	254.763	962.439		
Total	6.844.290	2.475.219	9.319.509	6.933.094	2.507.238	9.440.332		
Passivo fiscal diferido								
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(25.724)	(18.915)	(6.809)	(25.724)		
Plano atuarial	(98.975)	(35.631)	(134.606)	(98.419)	(35.431)	(133.850)		
Ágio em aquisições (2)	(590.635)	(185.836)	(776.471)	(643.264)	(204.452)	(847.716)		
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(548.424)	(197.433)	(745.857)	(469.512)	(169.024)	(638.536)		
Depreciação acelerada (3)	(91.312)	(32.872)	(124.184)	(116.409)	(41.907)	(158.316)		
Outras diferenças temporárias	(92.265)	(33.541)	(125.806)	(107.758)	(38.793)	(146.551)		
Total	(3.440.526)	(1.211.991)	(4.652.517)	(3.436.816)	(1.211.991)	(4.648.807)		

(1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio verificado da incorporada NET. Conforme Instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICPQ09 (R1) emitido pelo CFC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica denominada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R\$575.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiaí, em 31 de dezembro de 2014. (3) Depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	2019				2018			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.921.807	2.184.568	8.106.365	5.921.807	2.184.568	8.106.365		
Constituição	1.051.961	378.706	1.430.667	1.051.961	378.706	1.430.667		
Realização	(1.158.860)	(561.206)	(1.720.066)	(1.158.860)	(561.206)	(1.720.066)		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.454.907	1.996.068	7.450.975	5.454.907	1.996.068	7.450.975		
Constituição	257.688	92.726	350.414	257.688	92.726	350.414		
Realização	(350.737)	(126.165)	(476.902)	(350.737)	(126.165)	(476.902)		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.361.717	1.969.634	7.331.351	5.361.717	1.969.634	7.331.351		
(1) Incorporação da controlada PMS pela Companhia, conforme Nota 8.								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.008.516	2.215.829	8.224.345	6.008.516	2.215.829	8.224.345		
Constituição	1.051.961	378.706	1.430.667	1.051.961	378.706	1.430.667		
Realização	(1.158.860)	(561.206)	(1.720.066)	(1.158.860)	(561.206)	(1.720.066)		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.454.907	1.996.068	7.450.975	5.454.907	1.996.068	7.450.975		
Constituição	257.688	92.726	350.414	257.688	92.726	350.414		
Realização	(350.737)	(126.165)	(476.902)	(350.737)	(126.165)	(476.902)		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.361.717	1.969.634	7.331.351	5.361.717	1.969.634	7.331.351		

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

8. Investimentos: Na controladora, a movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

Ano	2019				2018			
	Investimento	Ágio	Resultado líquido	Total	Investimento	Ágio	Resultado líquido	Total
Claro Corporate (a)	306.939	85.523	(7.143)	384.319	306.939	85.523	(7.143)	384.319
MPO Processadora de Pagamentos Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-
S.A. (MPO)	-	-	(36)	(36)	-	-	-	-
iMusica Argentina	1.140	-	1.828	2.968	1.140	-	1.828	2.968
iMusica Colômbia	5.293	-	3.007	8.300	5.293	-	3.007	8.300
iMusica EUA	-	-	(84)	(84)	-	-	-	-
iMusica México	2.961	-	(406)	2.555	2.961	-	(406)	2.555
BrasCenter	23.749	-	1.554	25.303	23.749	-	1.554	25.303
TbD	458.066	-	292.520	750.586	458.066	-	292.520	750.586
PMS (b)	290.677	-	77.887	368.564	290.677	-	77.887	368.564
Star One S.A. (c)	915.353	-	65.098	980.451	915.353	-	65.098	980.451
Reyc	144.814	-	14.067	158.881	144.814	-	14.067	158.881
Outros	19	-	-	19	19	-	-	19
Total	2.149.011	85.523	(120)	2.234.514	2.149.011	85.523	(120)	2.234.514

(1) Vide composição da Nota 14 - Provisões. Em 18 de dezembro de 2019, mediante formalização em Termo de fechamento e quitação, foi aprovado e concretizado a venda total das ações da MPO detidas pela Companhia, no montante de R\$1,000 milhão, sendo 1.413.069,114 ações ordinárias. A partir desta data a Companhia passou a não deter mais participação no capital social da MPO. Em 19 de setembro de 2019, a Companhia adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore no montante de R\$24.000 (dos quais R\$22.836 refere-se ao ágio), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. O Acordo de Acionistas prevê uma opção de compra e venda com relação a totalidade das ações representativas exercíveis conforme os termos e condições previstos. Em 06 de setembro de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$500 pela emissão de 153.164 ações ordinárias, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R\$3,92 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TbD em 31 de agosto de 2019 e do pagamento em moeda nacional de R\$50,40. Em 02 de julho de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$477,113 pela emissão de 119.529.264 ações ordinárias, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R\$3,99 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TbD em 31 de agosto de 2019 e do pagamento em moeda nacional de R\$50,40. Em 17 de janeiro de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$275.937 pela emissão de 66.974.887, sendo 33.487.444 ações ordinárias e 33.487.443 ações preferenciais, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R\$4,12 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TbD em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada PMS constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$32.017. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada TbD constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$2.827. Em 28 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada TbD, no valor bruto de R\$15.000, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017. Em 18 de dezembro de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$200,041 pela emissão de 76.161.692 ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R\$3,995251412 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TbD em 30 de setembro de 2018, a ser implementado por meio de conferência ao capital social da controlada TbD de 315.746.185 quotas da controlada Claro Corporate. Em 19 de outubro de 2018, em AGE, foi aprovada a diminuição da participação da Companhia no capital na controlada TbD, no montante de R\$315.839, pago por intermédio da entrega de 4.450.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da PMS e do pagamento em moeda nacional no valor de R\$2,81. Em 28 de junho de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada Claro Corporate, no montante de R\$200, representadas por 200.000 novas quotas, no valor de R\$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 11 de maio de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada Claro Corporate, no montante de R\$45, representados por 45.000 novas quotas, no valor de R\$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 29 de março de 2018, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários na controlada PMS, no montante de R\$17.000, a razão de R\$0,60 por lote de 1.000 (mil) ações, a conta das Reservas de Lucros a Realizar, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 17 de janeiro de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$275.937 pela emissão de 66.974.887, sendo 33.487.444 ações ordinárias e 33.487.443 ações preferenciais, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R\$4,12 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TbD em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada PMS constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$32.017. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada TbD constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$2.827. Em 28 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada TbD, no valor bruto de R\$15.000, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017. Em 18 de dezembro de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$200, representadas por 200.000 novas quotas, no valor de R\$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 11 de maio de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada Claro Corporate, no montante de R\$45, representados por 45.000 novas quotas, no valor de R\$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 29 de março de 2018, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários na controlada PMS, no montante de R\$17.000, a razão de R\$0,60 por lote de 1.000 (mil) ações, a conta das Reservas de Lucros a Realizar, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 17 de janeiro de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$275.937 pela emissão de 66.974.887, sendo 33.487.444 ações ordinárias e 33.487.443 ações preferenciais, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R\$4,12 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TbD em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada PMS constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$32.017. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada TbD constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$2.827. Em 28 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada TbD, no valor bruto de R\$15.000, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017. Em 18 de dezembro de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$200, representadas por 200.000 novas quotas, no valor de R\$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 11 de maio de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada Claro Corporate, no montante de R\$45, representados por 45.000 novas quotas, no valor de R\$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 29 de março de 2018, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários na controlada PMS, no montante de R\$17.000, a razão de R\$0,60 por lote de 1.000 (mil) ações, a conta das Reservas de Lucros a Realizar, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 17 de janeiro de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$275.937 pela emissão de 66.974.887, sendo 33.487.444 ações ordinárias e 33.487.443 ações preferenciais, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R\$4,12 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TbD em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada PMS constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$32.017. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada TbD constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$2.827. Em 28 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada TbD, no valor bruto de R\$15.000, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017. Em 18 de dezembro de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$200, representadas por 200.000 novas quotas, no valor de R\$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 11 de maio de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada Claro Corporate, no montante de R\$45, representados por 45.000 novas quotas, no valor de R\$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 29 de março de 2018, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários na controlada PMS, no montante de R\$17.000, a razão de R\$0,60 por lote de 1.000 (mil) ações, a conta das Reservas de Lucros a Realizar, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 17 de janeiro de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$275.937 pela emissão de 66.974.887, sendo 33.487.444 ações ordinárias e 33.487.443 ações preferenciais, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R\$4,12 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TbD em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada PMS constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$32.017. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada TbD constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$2.827. Em 28 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada TbD, no valor bruto de R\$15.000, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017. Em 18 de dezembro de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$200, representadas por 200.000 novas quotas, no valor de R\$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 11 de maio de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada Claro Corporate, no montante de R\$45, representados por 45.000 novas quotas, no valor de R\$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 29 de março de 2018, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários na controlada PMS, no montante de R\$17.000, a razão de R\$0,60 por lote de 1.000 (mil) ações, a conta das Reservas de Lucros a Realizar, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 17 de janeiro de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de R\$275.937 pela emissão de 66.974.887, sendo 33.487.444 ações ordinárias e 33.487.443 ações preferenciais, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R\$4,12 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TbD em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada PMS constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$32.017. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada TbD constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$2.827. Em 28 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada TbD, no valor bruto de R\$15.000, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017. Em 18 de dezembro de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TbD, no montante de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)				
2019				
2018				
Ativo (passivo) benéficos				
Valor presente das obrigações atuárias				
Valor justo dos ativos				
Superávit (déficit) do plano				
Efeito da restrição dos ativos do plano				
(superávit irrecurável)				
Plano de benefício ativo, líquido				
Divida contratada				
Total do passivo atuarial				
Seguem as movimentações da obrigação referente ao plano PCV:				
2019				
2018				
Saldo inicial				
Custo do serviço corrente				
Custo dos juros				
Ganhos/perdas atuárias				
Benefícios pagos para ativos do plano				
Saldo final				
Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente ao plano PCV:				
2019				
2018				
Saldo inicial				
Rendimentos sobre ativos do plano				
Retorno dos ativos do plano superior				
(inferior) à taxa de desconto				
Contribuições da patrocinadora				
Benefícios pagos				
Saldo final				
Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano PCV (superávit irrecurável):				
2019				
2018				
Saldo inicial				
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido				
Efeito da restrição dos ativos do plano do período				
Saldo final				

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações do plano PCV:				
2019				
2018				
Saldo inicial				
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido				
Efeito da restrição dos ativos do plano do período				
Saldo final				
Ano				
2020				
2021				
2022				
2023				
2024				
2025 a 2029				
Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para o plano PCV são:				
2019				
2018				
Custo do serviço corrente				
Juros líquidos passivos (ativo)				
Principais premissas atuárias utilizadas:				
a) Fatores econômicos				
(i) Taxa de desconto				
(ii) Taxa anual de inflação a longo prazo				
(iii) Crescimento dos custos médicos				
(iv) Crescimento dos custos médicos				
por faixa etária				
(v) Custo médio anual, aos 65 anos de idade				
(1) Baseado na experiência do plano com participantes aposentados nos exercícios de 2016 a 2018.				
b) Fatores biométricos				
(i) Tábua de mortalidade geral				
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos				
(iii) Tábua de entrada em invalidez				
(iv) Rotatividade				
(2) Tábuas específicas por sexo.				
Análise de sensibilidade: As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:				

PCV: Mudança de tábua PBD e AMAP e plano de saúde:				
1 ano de crescimento da expectativa de vida				
2019				
2018				
Taxa de desconto				
+1%				
-1%				
PBD				
AMAP e plano de saúde				
PCV				
A natureza dos investimentos dos planos, no consolidado, está alocada como segue:				
2019				
2018				
AMAP e plano de saúde				
PBD				
PCV				
Ações				
Fundos de investimento				
Investimentos imobiliários				
Outros				
17. Passivo de arrendamento: A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 08 (R2) (Nota 3.2), o passivo de arrendamento foi mensurado no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:				
2019				
2018				
Saldo em 31 de dezembro de 2018				
Adoção da IFRS 16/CPC 08 (R2)				
Adições, líquidas (1)				
Pagamentos				
Incorporação (2)				
Saldo em 31 de dezembro de 2019				
Circulante				
Não circulante				
Valores não descontados				
Juros embutidos				
Considerando os fluxos nominais incorporando a inflação futura projetada de 3,6% e um prazo médio 7 anos descontados pela taxa incremental nominal, a Companhia teria em 31 de dezembro de 2019, um incremento líquido de passivo de arrendamento de R\$316.079 na controladora e de R\$309.410 no consolidado. 18. Patrimônio líquido: a Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito da Companhia na controladora e consolidado foi de R\$18.738.787 (R\$18.722.518 em 31 de dezembro de 2018), composto por ações nominativas e sem valor nominal, dividido em 89.804.331 (88.514.514 em 31 de dezembro de 2018), sendo 48.419.638 ações ordinárias e 40.184.693 ações preferenciais. Em 30 de setembro de 2019, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$16.269 em ser implementado por meio da capitalização de parcela da reserva especial de ação da Companhia nos valores de R\$9.133 e R\$7.136, a ser realizada em prosseguimento da sua acionista controladora, Claro Telecom Participações S.A., em 31 de dezembro de 2019, mediante a emissão de 89.817 novas ações de emissão da Companhia, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia e o valor				

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Daniel Hajj Aboumrad - Presidente				
Carlos José Garcia Moreno Elizondo - Vice-Presidente				
Alejandro Cantú Jiménez - Membro				
Oscar von Hauske Solis - Membro				
Alberto de Orleans e Bragança - Membro				
José Formoso Martinez - Membro				
José Antônio Guaraldi Félix - Membro				
DIRETORIA				
José Antônio Guaraldi Félix - Diretor Presidente				
Roberto Formoso Martinez - CEO Mercado Empresarial				
Roberto Catalão Cardoso - Diretor Executivo Administrativo e Financeiro				
Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho - Diretor Executivo Jurídico e Regulatório				
Rodrigo Marques de Oliveira - Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional				
Daniel Feldmann Barros - CEO Mercado Residencial				
Paulo Cesar Pereira Teixeira - CEO Mercado Pessoal				
DIRETORIA DE CONTABILIDADE				
Márcia Motta Sá				
CONTADOR				
Ricardo Basso Gaino				
Gerente de Contabilidade				
CRC - PR-040021/O-0-S-SP				

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS				
2019				
2018				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)				
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial				
Perdas com recebíveis				
Juros sobre capital próprio				
Prejuízos fiscais não constituídos contabilmente				
Provisão para contingências (IRPJ/CSLL)				
Lucro da exploração (1)				
Outras exclusões				
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício				
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Imposto de renda e contribuição social do exercício				
Taxa efetiva				
(1) Em 2019 a Companhia passou a utilizar o Benefício Fiscal Lucro da Exploração. Este benefício concede uma redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Nordeste.				
23. Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos: a) Valores estimados de mercado: Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas. Os saldos de mútuos com partes relacionadas aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes. Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Penitência S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo. O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período. Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI. Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:				

consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e não são condizentes com a realidade quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o alto de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de				
auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Concomitante com os nossos responsáveis pela governança a administração, entre outros aspectos, do alcance e da época das auditorias para as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.				
São Paulo, 24 de março de 2020				
ERNST & YOUNG				
Auditores Independentes S.S.				
CRC-25P034519/O-6				
Luiz Carlos Marques				
Contador - CRC-ISP147693/O-5				

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		DIRETORIA DE CONTABILIDADE	
Daniel Hajj Aboumrad - Presidente		José Antônio Guaraldi Félix - Diretor Presidente		Márcia Motta Sá	
Carlos José Garcia Moreno Elizondo - Vices-Presidente		José Formoso Martínez - CEO Mercado Empresarial		CONTADOR	
Alejandro Cantú Jiménez - Membro		Roberto Catalão Cardoso - Diretor Executivo Administrativo e Financeiro		Ricardo Basso Gaino	
Oscar von Hauke Solla - Membro		Antonio Oscar de Carvalho Patarani Filho - Diretor Executivo Jurídico e Regulatório		Gerente de Contabilidade	
Alberto de Orleans e Bragança - Membro		Rodrigo Marques de Oliveira - Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional		CRC - PR-040021/O-0-S-SP	
José Formoso Martínez - Membro		Daniel Feldmann Barros - CEO Mercado Residencial			
José Antônio Guaraldi Félix - Membro		Paulo Cesar Pereira Teixeira - CEO Mercado Pessoal			

CLARO S.A.

Rua Henri Dunant, nº 780 – Torres A e B
São Paulo, SP – Brasil
CNPJ: 40.432.544/0001-47
www.claro.com.br

**CLARO S.A.**

Base: Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019
Valores em milhares de reais.

CLARO S.A., sociedade por ações com Sede Social localizada à Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, bairro Santo Amaro, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04.709-110, inscrita no CNPJ sob o nº 40.432.544/0001-47, vem apresentar, tendo por base as demonstrações financeiras do último exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os índices financeiros apurados:

ÍNDICE	FORMULA PARA APURAÇÃO COM BASE NOS DADOS APRESENTADOS NO BALANÇO	R\$ (MM)	ÍNDICE APURADO
SOLVÊNCIA GERAL	ATIVO TOTAL ----- PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE	75.705.889 59.369.405	1,2752
LIQUIDEZ GERAL	ATIVO CIRCULANTE + ATIVO NÃO CIRCULANTE ----- PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE	23.568.509 59.369.405	0,3970
LIQUIDEZ CORRENTE	ATIVO CIRCULANTE ----- PASSIVO CIRCULANTE	9.557.067 16.646.888	0,5741
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE ----- ATIVO TOTAL	59.369.405 75.705.889	0,7842
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ATIVO TOTAL – PASSIVO TOTAL	16.336.484	

São Paulo, 27 de abril de 2020.


Ricardo Basso Gaião

Gerente de Contabilidade
CRC - PR-040021/O-0-S-SP

9º

TABELÃO DE NOTAS

Rua Marcell, 124 • 1º ao 6º andar • CEP 01047-000 • São Paulo

Telefone: (11) 3358-2611 • Fax: (11) 2174-0838

www.tabelaoonline.com.br



Reconheço a 1ª firma com valor econômico por semelhança de RICARDO BASSO GAIRO, do que dou fé.

Em tesº da verdade:

MARCELO CAMPOS DOS SANTOS

São Paulo, Capital, 13 de maio de 2020.

Valor declarado R\$

*Válido somente com selo de autenticidade. Selo pago por verba

9.85



C11020AA0829844



**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 15 de abril de 2020, às 09:00hs, na sede da Claro S.A. ("Companhia"), situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, n.º 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110.

2. CONVOCAÇÃO: Anúncios publicados, nos termos do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76, Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 07, 08 e 09 de abril de 2020 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 07, 08 e 09 de abril de 2020. Os referidos anúncios encontram-se sobre a mesa à disposição dos interessados, tendo sido dispensada a leitura e a transcrição dos mesmos.

3. PRESENCAS: Presentes os acionistas da Companhia, representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente, também, o Sr. Roberto Catalão Cardoso, representando a administração da Companhia, e o Sr. Bruno Franco Bianchi, representante dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S.

4. MESA: Nos termos do artigo 7º, §1º, do Estatuto Social, presidiu os trabalhos o Diretor da Companhia, Sr. Roberto Catalão Cardoso, que convidou o Sr. André Santos Correia para secretariar os trabalhos.

5. ORDEM DO DIA: **I. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019; (iii) discutir e votar a reeleição dos membros do Conselho de Administração; **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iv) fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2020; (v) homologar o aumento de capital social da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração no exercício social de 2019; e (vi) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

6. DELIBERAÇÕES: Foram adotadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos acionistas presentes à Assembleia:

6.1. Os Senhores Acionistas autorizaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário e que a sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, como facultam, respectivamente, os §§1º e 2º do art. 130, da Lei n.º 6.404/76.

6.2 Os Senhores Acionistas aprovaram a dispensa da leitura das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, tendo em vista já serem os mesmos do conhecimento de todos os acionistas presentes.

6.3. Em Assembleia Geral Ordinária:

6.3.1. Os Senhores Acionistas aprovaram, sem ressalvas, as Contas dos Administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

encerrado em 31 de dezembro de 2019, publicados no Jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ambos na edição de 25 de março de 2020.

6.3.2. Considerando que o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi integralmente absorvido à conta de Prejuízos Acumulados, os Senhores Acionistas aprovaram a não distribuição de dividendos pela Companhia.

6.3.3. Face ao término do prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração, os Senhores Acionistas aprovaram a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração, os Senhores: **(i) DANIEL HAJJ ABOUMRAD**, mexicano, casado, administrador de empresas, portador do passaporte mexicano nº G14320891, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.421.297-67, residente e domiciliado no Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Col. Ampliación Granada, Deleg. Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, permanecendo vago o cargo de suplente; **(ii) CARLOS JOSÉ GARCÍA MORENO ELIZONDO**, mexicano, casado, economista, portador do passaporte mexicano nº G24464916, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.421.247-06, residente e domiciliado no Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Col. Ampliación Granada, Deleg. Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, permanecendo vago o cargo de suplente; **(iii) ALEJANDRO CANTÚ JIMÉNEZ**, mexicano, casado, advogado, portador do passaporte mexicano nº G18666954, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.421.307-73, residente e domiciliado em Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Col. Ampliación Granada, Deleg. Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Conselheiro e seu suplente **DANIEL ALEJANDRO TAPIA MEJÍA**, mexicano, casado, advogado, portador do passaporte mexicano nº G25400559, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.680.397-14, residente e domiciliado no Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Col. Ampliación Granada, Deleg. Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F.; **(iv) OSCAR VON HAUSKE SOLIS**, mexicano, casado, contador, portador do passaporte mexicano nº G16179650, residente e domiciliado em Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Col. Ampliación Granada, Deleg. Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Conselheiro, permanecendo vago o cargo de suplente; **(v) ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro OAB/RJ sob o nº 39.678 e no CPF/MF sob o nº 416.047.507-82, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Presidente Wilson nº 231, 23º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Secretário do Conselho de Administração e seu suplente **MARCOS MEDEIROS COELHO DA ROCHA**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 81.466 e no CPF/MF sob o nº 010.837.977-94, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Presidente Wilson nº 231, 23º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(vi) JOSÉ ANTÔNIO GUARALDI FÉLIX**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 56.586.459-2, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 140.448.620-87, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial Rua Henri Dunant nº 780, Torre A, 16º andar, Santo Amaro, Cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Conselheiro, permanecendo vago o cargo de suplente; e **(vii) JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ**, naturalizado Brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade 30159273-9, expedida pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.557.727-07, residente e domiciliado nesta Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

Presidente Vargas nº 1012, 15º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Conselheiro, permanecendo vago o cargo de suplente.

Os Conselheiros ora reeleitos serão investidos em seus cargos no prazo legal e deverão permanecer em seus cargos até a posse de seus sucessores a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2023, ou até que sejam destituídos ou substituídos pela Assembleia Geral. Os Conselheiros reeleitos, presentes à Assembleia, apresentaram Declarações de Desimpedimento, informando não terem qualquer impedimento à assunção dos respectivos cargos, em observância ao disposto no art. 147, §1º a §3º da Lei nº 6.404/76, as quais foram arquivadas na sede da Companhia.

6.4. Em Assembleia Geral Extraordinária:

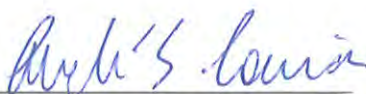
6.4.1. Os Senhores Acionistas fixaram a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020 no montante de até (inclusive) R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), cuja forma de distribuição será estabelecida pelo Conselho de Administração.

6.4.2. Os Senhores Acionistas aprovaram a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo I à presente ata, homologando o aumento do capital social da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 5º, §2º do Estatuto Social, em reunião realizada em 30 de setembro de 2019 na qual foi lavrada a ata e sua certidão registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob nº 622.526/19-4 em sessão de 15 de dezembro de 2019 ("Aumento de Capital").

E, nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, aprovada e assinada por todos os presentes. ASSINATURAS: Roberto Catalão Cardoso – Presidente e representante da Administração da Companhia; André Santos Correia – Secretário e Bruno Franco Bianchi, representante da Ernst & Young Auditores Independentes S/S.. ACIONISTAS: CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., representada por seu procurador Murilo Tagliari Rocha e Silva, EG PARTICIPAÇÕES S.A. representada por seu procurador Murilo Tagliari Rocha e Silva, TELMEX SOLUTIONS TELECOMUNICAÇÕES S.A. representada por seu procurador Murilo Tagliari Rocha e Silva e CONTROLADORA DE SERVICIOS DE TELECOMUNICACIONES S.A. DE C.V. representada por Alberto de Orleans e Bragança.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo/SP, 15 de abril de 2020.



André Santos Correia
Secretário



JUCESP

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL DA CLARO S.A.

CAPÍTULO I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração.

Art. 1º. A Sociedade, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tem a denominação de **CLARO S.A.**, e será regida pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto, no qual será designada simplesmente Sociedade.

Art. 2º. A Sociedade tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, Rua Henri Dunant, n.º 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110.

Parágrafo Único. A Sociedade poderá abrir ou fechar filiais, escritórios, agências e representações, no Brasil e no exterior, mediante deliberação conforme artigo 14.

Art.3º. A Sociedade tem por objeto social:

- I – Implantar, operar e prestar o Serviço Móvel Pessoal, com observância dos termos de autorização expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações, no Brasil e no Exterior;
- II – Explorar a compra, venda, locação e cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, bem como a importação e a exportação de equipamentos, aparelhos e acessórios, e a prestação de serviços necessários ou úteis às atividades compreendidas no objeto social, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares ao Serviço Móvel Pessoal;
- III – Explorar os negócios de licenciamento e cessão de direito de uso de softwares e outros conteúdos, venda e locação on line, por download e/ou outros meios, de filmes, músicas e outros conteúdos e obras intelectuais;
- IV – Atuar como representante comercial e/ou intermediador de negócios relacionados às atividades compreendidas no objeto social, bem como desempenhar atividade de correspondente bancário;
- V – Participar no capital de outras sociedades, entidades, associações e/ou consórcios, no Brasil ou no Exterior e/ou exercer o controle de sociedades exploradoras do Serviço Móvel Pessoal, Serviço Móvel Celular e outras modalidades de serviços de telecomunicações em geral, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhes forem outorgadas;
- VI - Prestar os serviços de engenharia de telecomunicações;
- VII - Prestar outros serviços de telecomunicações, além do disposto acima, tais como Serviço de Telefonia Fixa Comutada, Serviço de Comunicação Multimídia, Prestação de Serviço de TV por

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020

assinatura, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares a esses serviços;

VIII – Cessão de capacidade satelital.

Art. 4º. A duração da Sociedade será por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II – Do Capital Social e das Ações.

Art. 5º. O capital social da Companhia é de R\$18.738.787.871,39 (dezoito bilhões, setecentos e trinta e oito milhões, setecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 88.604.331 (oitenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, trezentos e trinta e uma) ações, sendo 48.419.638 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e dezenove mil, seiscentos e trinta e oito) ações ordinárias e 40.184.693 (quarenta milhões, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três) ações preferenciais.

§ 1º. Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas terão assegurado: (a) a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; e (b) o recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

§ 2º O capital social da Sociedade poderá ser aumentado até R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), por decisão do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária e sem observância da proporção entre as diferentes espécies de ações, limitado, porém, aos limites estabelecidos na legislação em vigor. O Conselho de Administração estabelecerá as condições para emissão, incluindo preço de subscrição e prazo de integralização.

§ 3º Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de aumento do capital, observadas as disposições do artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

§ 4º. Sem prejuízo do disposto no §1º. deste artigo, as ações preferenciais terão direito a voto restrito exclusivamente na hipótese do inciso XXVII do parágrafo 7º do artigo 10 deste Estatuto.

§ 5º. As ações de emissão da Sociedade poderão ser mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sob a forma de ações escriturais, sem a emissão de certificados.

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

CAPÍTULO III – Da Assembleia Geral.

Art. 6º. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração ou na forma no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76. Quando o Conselho de Administração convocar a Assembleia Geral, caberá ao Presidente do Conselho de Administração consubstanciar o ato e, na sua ausência ou impedimento, o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Art. 7º. As Assembleias Gerais realizar-se-ão na sede da Sociedade, salvo motivo de força maior. Dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social, será realizada uma assembleia geral ordinária para tratar dos assuntos previstos no artigo 132 da Lei nº 6.404/76. Sempre que houver necessidade, para tratar de todos os demais assuntos que sejam submetidos à deliberação dos acionistas, será convocada uma assembleia geral extraordinária para estas deliberações.

§ 1º. As Assembleias Gerais serão instaladas por qualquer um dos Diretores da Sociedade ou, na ausência ou impedimento de qualquer um destes, por outro acionista que seja indicado por escrito por um dos diretores da Sociedade. Quando presente, qualquer um dos diretores da Sociedade presidirá a Assembleia, escolhendo o secretário entre os presentes. Na ausência de todos os diretores da Sociedade, presidirá a Assembleia um acionista indicado por qualquer um dos diretores da Sociedade.

§ 2º. Antes da instalação da Assembleia Geral, os acionistas presentes deverão assinar o Livro de Presença, indicando seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade e espécie ou classe de ações de que são titulares, na forma do artigo 127 da Lei nº 6.404/76.

§ 3º. As atas serão lavradas em livro próprio, e assinadas pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. As atas poderão também ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, observado o disposto no artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, salvo decisão em contrário do presidente da Assembleia Geral, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

CAPÍTULO IV. - SEÇÃO I - Da Administração.

Art. 8º. A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

SEÇÃO II – Do Conselho de Administração.

Art. 9º. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, e igual número de suplentes, todos eleitos pela Assembleia

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020

Geral, sendo necessariamente 01 (um) Presidente e até 9 (nove) conselheiros sem designação específica.

§ 1º. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração a convocação das reuniões do Conselho de Administração e de Assembleia Geral, além do exercício do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações do órgão. O Presidente do Conselho indicará, ainda, o Secretário do Conselho de Administração, conforme o caso.

§ 2º. Caberá a qualquer membro do Conselho de Administração substituir o Presidente do Conselho de Administração na sua ausência ou impedimento, conforme a indicação deste.

§ 3º. Caberá ao Secretário do Conselho de Administração lavrar em ata as deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração e adotar as providências necessárias para convocar a Assembleia Geral, sempre que a matéria aprovada demandar a aprovação posterior dos acionistas, respeitada a forma de convocação estabelecida na legislação em vigor e por este estatuto social.

§ 4º. Os conselheiros e seus suplentes serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, e serão investidos como conselheiros efetivos ou suplentes, conforme o caso, mediante assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração.

§ 5º. Os conselheiros não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos.

§ 6º. Em suas ausências e impedimentos temporários, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente.

§ 7º. Em caso de vacância ou impedimento permanente, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente até a primeira Assembleia Geral, a qual procederá à eleição do substituto, que completará o mandato do conselheiro substituído.

§ 8º - O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela maioria dos votos de seus membros. A substituição do Presidente do Conselho de Administração obedecerá ao mesmo critério estabelecido para sua eleição.

Art. 10. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante aviso por escrito aos outros, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias, indicando a pauta e o horário em que a reunião se realizará, na sede da Sociedade ou em

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

qualquer outra localidade escolhida de comum acordo por seus membros, podendo-se realizar, inclusive, por meio de qualquer sistema de vídeo ou audioconferência.

§ 1º. A convocação prevista no *caput* deste artigo poderá ser realizada por carta, telegrama, fax ou e-mail, ficando dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

§ 2º. O *quorum* de instalação de reunião do Conselho de Administração requer a presença de no mínimo 1/2 (metade) dos membros integrantes do colegiado.

§ 3º. A reunião do Conselho de Administração será presidida preferencialmente por seu Presidente em exercício, que designará um dos membros para secretariar os trabalhos, em caso de ausência ou impedimento do Secretário.

§ 4º. As deliberações do Conselho de Administração exigirão, para serem aprovadas, o voto favorável da maioria dos membros integrantes do colegiado, observado o voto de qualidade exclusivamente do Presidente do Conselho de Administração em caso de empate nas deliberações.

§ 5º. Não sendo alcançado, após duas convocações sucessivas, o *quorum* de instalação, a matéria será submetida à decisão da Assembleia Geral, para tanto imediatamente convocada pelo Presidente do Conselho de Administração e nos casos previstos em lei.

§ 6º. As deliberações do Conselho de Administração serão registradas em ata, lavrada em livro próprio e assinada por todos os conselheiros que participaram das deliberações.

§ 7º. Compete ao Conselho de Administração, além de outras matérias a ele atribuídas por lei e neste estatuto social, decidir sobre:

I - eleição e destituição dos membros da Diretoria e fixação de sua remuneração individual, observado o limite global fixado pela Assembleia Geral;

II - detalhamento das funções, atribuições e limites de alçada dos membros da Diretoria, não especificados neste Estatuto;

III - aprovação da política geral de cargos e salários, benefícios e remuneração variável;

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020

IV - participação em licitações ou outros procedimentos para obtenção de concessão, permissão ou autorização, dispensada a autorização para participar de licitações para prestação de serviços de telecomunicações para órgãos públicos federais, estaduais e municipais, cuja competência de aprovação fica atribuída na forma do artigo 14;

V - quaisquer alterações ou modificações nos termos de concessões, permissões ou autorizações outorgadas;

VI - escolha e destituição de auditores independentes da Sociedade, se julgar conveniente a sua contratação pela Sociedade;

VII - estabelecimento das políticas da Sociedade referentes aos controles financeiros;

VIII - aprovação de planos de negócios, planos quinquenais estratégicos, orçamentos, inclusive de capital, bem como o plano de negócios da Sociedade, e suas alterações;

IX - aprovação das demonstrações financeiras para fins de submissão à Assembleia Geral e de proposta para a distribuição de dividendos relativos a períodos menores que o anual, observadas as disposições legais;

X - definição dos níveis máximos de endividamento da Sociedade;

XI - realização de investimentos e despesas de capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração;

XII - deliberação quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Sociedade, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor;

XIII - aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Sociedade;

XIV - constituição, pela Sociedade, de outras pessoas jurídicas;

XV - participação da Sociedade em consórcios e associações;

XVI - operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020

correlatas por evento, exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Sociedade e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Sociedade, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração;

XVII – aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento;

XVIII - alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente e/ou direitos em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento;

XIX - a assinatura por membros da Diretoria e/ou por procuradores autorizados, de qualquer contrato, ou série de contratos correlatos por evento, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo certo que a aprovação pelo Conselho de Administração não será necessária nas operações envolvendo a aquisição de bens móveis e equipamentos dentro dos limites do orçamento anual já aprovado por este órgão;

XX - a celebração de qualquer contrato, independentemente do valor envolvido, entre a Companhia e seus administradores ou empresas controladas por tais administradores;

XXI - a concessão de avais ou fianças, a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, a efetivação de doações e a prática de quaisquer atos gratuitos, em valores que excederem à R\$ 500.000,00, exceção feita à prestação, pela Sociedade, representada na forma do artigo 14, I ou II, em favor de seus empregados transferidos por motivo de trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada; e

XXII - mediante delegação da Assembleia Geral, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76;

XXIII – tomar as medidas necessárias para assegurar que os centros de deliberação e implementação de decisões estratégicas, gerências e técnicas relacionadas à execução das

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

obrigações previstas nos Contratos de Concessão celebrados entre a Sociedade e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL estejam localizados em território nacional, em observância do disposto na Cláusula 18.3 do citado Contrato;

XXIV – indicar os membros dos órgãos responsáveis pela administração e fiscalização (i) da TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social, exceto no que tange aos membros da Diretoria, dentre os quais apenas o Presidente será indicado pela Claro, cabendo ao Presidente assim eleito a competência para contratar os demais diretores e (ii) dos órgãos correspondentes em outras entidades de previdência social da Sociedade, estabelecendo os critérios apropriados de inspeção e controle para os mesmos;

XXV – aprovar a celebração, pela Sociedade, de contratos de aquisição de conteúdo de vídeo internacional, bem como a manutenção ou renovação desses contratos;

XXVI – aprovar a alteração de qualquer termo ou condição, término, cancelamento ou não renovação de qualquer contrato ou relação comercial entre a Sociedade e qualquer parte relacionada do Globo Comunicação e Participações S.A., celebrados até 15 de junho de 2012;

XXVII – submeter à deliberação da Assembleia Geral os contratos de prestação de serviços de gerência, incluindo aqueles de assistência técnica, a serem celebrados com o acionista controlador ou com terceiros a tal acionista controlador; e

XXVIII – a emissão, pela Companhia, de notas promissórias comerciais (*Commercial Papers*) para oferta pública de distribuição, independentemente do valor.

§ 8º. Nas matérias listadas nos incisos XVI a XIX e no inciso XXI supra, cujo valor por operação esteja abaixo daqueles indicados nos respectivos itens, será dispensada a aprovação do Conselho de Administração, devendo ser formalizados em conformidade com o art. 14 do presente estatuto.

SEÇÃO III – Dos Comitês.

Art. 11. O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Sociedade.

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

SEÇÃO IV – Da Diretoria.

Art. 12. A Diretoria da Sociedade será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais diretores com as seguintes designações: “CEO Mercado Empresarial”, “CEO Mercado Pessoal”, “CEO Mercado Residencial”; “Diretor Executivo Jurídico e Regulatório”, “Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional”, “Diretor Executivo Administrativo e Financeiro”, e “Diretor de Mercado de Atacado”.

§ 1º. Os Diretores serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos.

§ 2º. Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

§ 3º. Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de qualquer cargo na Diretoria, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração e exercerá suas funções pelo prazo restante do mandato do diretor substituído.

§ 4º. Na hipótese da vacância descrita no parágrafo anterior do presente artigo, a Diretoria poderá ser representada por somente 01 (um) Diretor, desde que haja aprovação prévia do Conselho de Administração.

Art. 13. Compete a cada Diretor, além das atribuições eventualmente aprovadas pelo Conselho de Administração, agir sempre com o cuidado, diligência, ética, lealdade e probidade na condução de suas atividades e das áreas sob sua responsabilidade, sendo responsável cada um pelas seguintes atribuições:

I - cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Sociedade estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo cada Diretor responsável pela área de atuação e pela unidade de negócio que lhe for atribuída pelo Conselho de Administração;

II - anualmente, traçar o plano de atividades da Sociedade para implementação do plano de negócios;

Parágrafo Único. Compete especificamente ao **Diretor de Mercado de Atacado** dirigir todos os processos de atendimento, comercialização e entrega dos produtos referentes à Oferta de

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

Referência dos Produtos no Mercado de Atacado a que se refere o caput do art. 5º da Resolução nº 600 de 08 de novembro de 2012 da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Art. 14. Exceto pelos poderes e representação isolada especificamente previstos no artigo 13 acima, em todos e quaisquer atos ou documentos que importem em responsabilidade patrimonial para a Sociedade, ou que de outra forma a obriguem, deverá(ão) constar, obrigatoriamente, para fins de representação social, assinatura(s), da seguinte forma:

I - a assinatura de pelo menos 02 (dois) Diretores;

II - a assinatura de 01 (um) Diretor atuando em conjunto com 01 (um) procurador, nomeado conforme o § 1º deste artigo;

III - a assinatura de 02 (dois) procuradores com poderes específicos, nomeados necessariamente por dois Diretores da Sociedade; e

IV - a assinatura de 01 (um) Diretor ou de 01 (um) procurador nomeado conforme o parágrafo primeiro deste artigo, atuando isoladamente, com poderes específicos para representar a Sociedade nos atos e documentos relativos a processos de licitações públicas, bem como em quaisquer outros atos ou documentos expressamente indicados pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das outras formas de representação previstas neste estatuto.

§ 1º. A Sociedade representada de acordo com o previsto no inciso I do caput deste artigo poderá constituir procuradores, especificando no instrumento de mandato os poderes outorgados e o prazo de duração, que não poderá exceder a 01 (um) ano, salvo para fins judiciais ou para representação em processos administrativos de natureza tributária ou ainda, para representar a Sociedade no caso previsto no inciso IV deste artigo.

§ 2º. A Sociedade poderá ser representada por um Diretor ou um procurador, agindo isoladamente, (a) em juízo ou em assembleias gerais de companhias das quais a Sociedade seja acionista, (b) no endosso de cheques ou documentos para depósito ou cobrança, e (c) perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, sociedades de economia mista não financeiras e concessionárias de serviço público.

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

SEÇÃO V – Do Conselho Fiscal.

Art. 15. O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes conferidos por lei, somente será instalado a pedido de acionistas, na forma que faculta o artigo 161 da Lei nº 6.404/76, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. À Assembleia Geral que vier a eleger o Conselho Fiscal, caberá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal.

CAPÍTULO V – Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos.

Art. 16. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei.

Art. 17. Os acionistas farão jus a receber anualmente o dividendo obrigatório em montante equivalente a 0,1% (zero ponto um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Art.-18. O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados.

Parágrafo Único. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros.

CAPÍTULO VI – Da Liquidação da Sociedade.

Art. 19. A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei e neste Estatuto, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante, e o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VII – Disposições Transitórias.

Art. 20. Os acionistas da Companhia poderão solicitar a conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, bem como de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, observado o disposto neste artigo.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020

§ 1º. A conversão a que se refere este artigo poderá ser solicitada por meio de comunicação dirigida à administração da Sociedade, impreterivelmente até o dia 16 de março de 2015. Após esta data, os acionistas não terão mais o direito de solicitar a conversão de suas ações de uma espécie para outra.

§ 2º. A conversão será realizada na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial e vice-versa, cabendo à Sociedade e seus acionistas controladores tomar as providências necessárias para que não haja violação à proporção legal de ações ordinárias e ações preferenciais.

§ 3º. Encerrado o prazo a que se refere este artigo, e na hipótese de ter havido solicitação de conversão de ações por parte de algum acionista, a Sociedade terá um prazo de 30 (trinta) dias para implementar a conversão referida neste artigo.

* * * * *



CLARO S.A.

CNPJ/MF nº 00.432.544/0001-47 - NIRE 35.300.145.801

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 15 de Abril de 2020

1. Data, Hora e Local: Realizada em 15 de abril de 2020, às 09:00h, na sede da Claro S.A. ("Companhia"), situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110.

2. Convocação: Anúncios publicados, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 07, 08 e 09 de abril de 2020 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 07, 08 e 09 de abril de 2020. Os referidos anúncios encontram-se sobre a mesa à disposição dos interessados, tendo sido dispensada a leitura e a transcrição dos mesmos.

3. Presenças: Presentes os acionistas da Companhia, representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente, também, o Sr. Roberto Catalão Cardoso, representando a administração da Companhia, e o Sr. Bruno Franco Bianchi, representante dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S.

4. Mesa: Nos termos do artigo 7º, §1º, do Estatuto Social, presidiu os trabalhos o Diretor da Companhia, Sr. Roberto Catalão Cardoso, que convidou o Sr. André Santos Correia para secretariar os trabalhos.

5. Ordem do Dia: I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019; (iii) discutir e votar a reeleição dos membros do Conselho de Administração; **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iv) fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2020; (v) homologar o aumento de capital social da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração no exercício social de 2019; e (vi) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

6. Deliberações: Foram adotadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos acionistas presentes à Assembleia: 6.1. Os Senhores Acionistas autorizaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário e que a sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, como facultam, respectivamente, os §§1º e 2º do artigo 130, da Lei nº 6.404/76. 6.2 Os Senhores Acionistas aprovaram a dispensa da leitura das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, tendo em vista já serem os mesmos do conhecimento de todos os acionistas presentes. 6.3. **Em Assembleia Geral Ordinária:** 6.3.1. Os Senhores Acionistas aprovaram, sem ressalvas, as Contas dos Administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, publicados no Jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ambos na edição de 25 de março de 2020. 6.3.2. Considerando que o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi integralmente absorvido à conta de Prejuízos Acumulados, os Senhores Acionistas aprovaram a não distribuição de dividendos pela Companhia. 6.3.3. Face ao término do prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração, os Senhores Acionistas aprovaram a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração, os Senhores: **(i) Daniel Hajj Aoumrad**, mexicano, casado, administrador de empresas, portador do passaporte mexicano nº G14320891, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.421.297-67, residente e domiciliado no Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Colonia Ampliación Granada, Delegación Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, permanecendo vago o cargo de suplente; **(ii) Carlos José García Moreno Elizondo**, mexicano, casado, economista, portador do passaporte mexicano nº G24464916, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.421.247-06, residente e domiciliado no Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Colonia Ampliación Granada, Delegación Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Conselheiro e seu suplente **Daniel Alejandro Tapia Mejía**, mexicano, casado, advogado, portador do passaporte mexicano nº G25400559, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.680.397-14, residente e domiciliado no Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Colonia Ampliación Granada, Delegación Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F.; **(iv) Oscar Von Hauske Solis**, mexicano, casado, contador, portador do passaporte mexicano nº G16179650, residente e domiciliado em Lago Zurich, nº 245, Edifício Telcel, Colonia Ampliación Granada, Delegación Miguel Hidalgo, México, C.P. 11529, D.F, para o cargo de Conselheiro, permanecendo vago o cargo de suplente; **(v) Alberto de Orleans e Bragança**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Rio de Janeiro OAB/RJ sob o nº 39.678 e no CPF/MF sob o nº 416.047.507-82, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Presidente Wilson nº 231, 23º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Secretário do Conselho de Administração e seu suplente **Marcos Medeiros Coelho da Rocha**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 81.466 e no CPF/MF sob o nº 010.837.977-94, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Presidente Wilson nº 231, 23º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(vi) José Antônio Guaraldi Félix**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 56.586.459-2, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 140.448.620-87, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial Rua Henri Dunant nº 780, Torre A, 16º andar, Santo Amaro, Cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Conselheiro, permanecendo vago o cargo de suplente; e **(vii) José Formoso Martínez**, naturalizado Brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade 30159273-9, expedida pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.557.727-07, residente e domiciliado nesta Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Presidente Vargas nº 1012, 15º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Conselheiro, permanecendo vago o cargo de suplente. Os Conselheiros ora reeleitos serão investidos em seus cargos no prazo legal e deverão permanecer em seus cargos até a posse de seus sucessores a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2023, ou até que sejam destituídos ou substituídos pela Assembleia Geral. Os Conselheiros reeleitos, presentes à Assembleia, apresentaram Declarações de Desimpedimento, informando não terem qualquer impedimento à assunção dos respectivos cargos, em observância ao disposto no artigo 147, §1º a §3º da Lei nº 6.404/76, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. 6.4. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 6.4.1. Os Senhores Acionistas fixaram a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020 no montante de até (inclusive) R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), cuja forma de distribuição será estabelecida pelo Conselho de Administração. 6.4.2. Os Senhores Acionistas aprovaram a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo I** à presente ata, homologando o aumento do capital social da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 5º, §2º do Estatuto Social, em reunião realizada em 30 de setembro de 2019 na qual foi lavrada a ata e sua certidão registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob nº 622.526/19-4 em sessão de 15 de dezembro de 2019 ("**Aumento de Capital**"). E, nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Roberto Catalão Cardoso - Presidente e representante da Administração da Companhia; André Santos Correia - Secretário e Bruno Franco Bianchi, representante da Ernst & Young Auditores Independentes S/S.. **Acionistas: Claro Telecom Participações S.A.**, representada por seu procurador Murilo Tagliari Rocha e Silva, **EG Participações S.A.**, representada por seu procurador Murilo Tagliari Rocha e Silva, **Telmex Solutions Telecomunicações S.A.**, representada por seu procurador Murilo Tagliari Rocha e Silva e **Controladora De Serviços de Telecomunicações S.A. de C.V.**, representada por Alberto de Orleans e Bragança. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 15 de abril de 2020.

André Santos Correia - Secretário. JUCESP nº 167.798/20-0 em 28/05/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social da Claro S.A.: Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração.**

Artigo 1º. A Sociedade, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tem a denominação de **Claro S.A.**, e será regida pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto, no qual será designada simplesmente Sociedade. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110. **Parágrafo Único.** A Sociedade poderá abrir ou fechar filiais, escritórios, agências e representações, no Brasil e no exterior, mediante deliberação conforme artigo 14. **Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto social: I - Implantar, operar e prestar o Serviço Móvel Pessoal, com observância dos termos de autorização expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações, no Brasil e no Exterior; II - Explorar a compra, venda, locação e cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, bem como a importação e a exportação de equipamentos, aparelhos e acessórios, e a prestação de serviços necessários ou úteis às atividades compreendidas no objeto social, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares ao Serviço Móvel Pessoal; III - Explorar os negócios de licenciamento e cessão de direito de uso de softwares e outros conteúdos, venda e locação on line, por download e/ou outros meios, de filmes, músicas e outros conteúdos e obras intelectuais; IV - Atuar como representante comercial e/ou intermediador de negócios relacionados às atividades compreendidas no objeto social, bem como desempenhar atividade de correspondente bancário; V - Participar no capital de outras sociedades, entidades, associações e/ou consórcios, no Brasil ou no Exterior e/ou exercer o controle de sociedades exploradoras do Serviço Móvel Pessoal, Serviço Móvel Celular e outras modalidades de serviços de telecomunicações em geral, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhes forem outorgadas; VI - Prestar os serviços de engenharia de telecomunicações; VII - Prestar outros serviços de telecomunicações, além do disposto acima, tais como Serviço de Telefonia Fixa Comutada, Serviço de Comunicação Multimídia, Prestação de Serviço de TV por assinatura, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares a esses serviços; VIII - Cessão de capacidade satelital. **Artigo 4º.** A duração da Sociedade será por tempo indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$18.738.787.871,39 (dezoito bilhões, setecentos e trinta e oito milhões, setecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 88.604.331 (oitenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, trezentos e trinta e uma) ações, sendo 48.419.638 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e dezenove mil, seiscentos e trinta e oito) ações ordinárias e 40.184.693 (quarenta milhões, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três) ações preferenciais. **§ 1º.** Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas terão assegurado: (a) a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; e (b) o recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. **§ 2º.** O capital social da Sociedade poderá ser aumentado até R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), por decisão do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária e sem observância da proporção entre as diferentes espécies de ações, limitado, porém, aos limites estabelecidos na legislação em vigor. O Conselho de Administração estabelecerá as condições para emissão, incluindo preço de subscrição e prazo de integralização. **§ 3º.** Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de aumento do capital, observadas as disposições do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. **§ 4º.** Sem prejuízo do disposto no §1º, deste artigo, as ações preferenciais terão direito a voto restrito exclusivamente na hipótese do inciso XXVII do parágrafo 7º do artigo 10 deste Estatuto. **§ 5º.** As ações de emissão da Sociedade poderão ser mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob a forma de ações escriturais, sem a emissão de certificados. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 6º.** As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração ou na forma no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76. Quando o Conselho de Administração convocar a Assembleia Geral, caberá ao Presidente do Conselho de Administração consubstanciar o ato e, na sua ausência ou impedimento, o Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Artigo 7º.** As Assembleias Gerais realizar-se-ão na sede da Sociedade, salvo motivo de força maior. Dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social, será realizada uma assembleia geral ordinária para tratar dos assuntos previstos no artigo 132 da Lei nº 6.404/76. Sempre que houver necessidade, para tratar de todos os demais assuntos que sejam submetidos à deliberação dos acionistas, será convocada uma assembleia geral extraordinária para estas deliberações. **§ 1º.** As Assembleias Gerais serão instaladas por qualquer um dos Diretores da Sociedade ou, na ausência ou impedimento de qualquer um destes, por outro acionista que seja indicado por escrito por um dos diretores da Sociedade. Quando presente, qualquer um dos

diretores da Sociedade presidirá a Assembleia, escolhendo o secretário entre os presentes. Na ausência de todos os diretores da Sociedade, presidirá a Assembleia um acionista indicado por qualquer um dos diretores da Sociedade. **§ 2º.** Antes da instalação da Assembleia Geral, os acionistas presentes deverão assinar o Livro de Presença, indicando seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade e espécie ou classe de ações de que são titulares, na forma do artigo 127 da Lei nº 6.404/76. **§ 3º.** As atas serão lavradas em livro próprio, e assinadas pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. As atas poderão também ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, observado o disposto no artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, salvo decisão em contrário do presidente da Assembleia Geral, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas. **Capítulo IV - Seção I - Da Administração: Artigo 8º.** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. **Seção II - Do Conselho de Administração: Artigo 9º.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, e igual número de suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral, sendo necessariamente 01 (um) Presidente e até 9 (nove) conselheiros sem designação específica. **§ 1º.** Caberá ao Presidente do Conselho de Administração a convocação das reuniões do Conselho de Administração e de Assembleia Geral, além do exercício do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações do órgão. O Presidente do Conselho indicará, ainda, o Secretário do Conselho de Administração, conforme o caso. **§2º.** Caberá a qualquer membro do Conselho de Administração substituir o Presidente do Conselho de Administração na sua ausência ou impedimento, conforme a indicação deste. **§ 3º.** Caberá ao Secretário do Conselho de Administração lavrar em ata as deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração e adotar as providências necessárias para convocar a Assembleia Geral, sempre que a matéria aprovada demandar a aprovação posterior dos acionistas, respeitada a forma de convocação estabelecida na legislação em vigor e por este estatuto social. **§ 4º.** Os conselheiros e seus suplentes serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, e serão investidos como conselheiros efetivos ou suplentes, conforme o caso, mediante assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração. **§ 5º.** Os conselheiros não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos. **§ 6º.** Em suas ausências e impedimentos temporários, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente. **§ 7º.** Em caso de vacância ou impedimento permanente, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente até a primeira Assembleia Geral, a qual procederá à eleição do substituto, que completará o mandato do conselheiro substituído. **§ 8º** - O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela maioria dos votos de seus membros. A substituição do Presidente do Conselho de Administração obedecerá ao mesmo critério estabelecido para sua eleição. **Artigo 10.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante aviso por escrito aos outros, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias, indicando a pauta e o horário em que a reunião se realizará, na sede da Sociedade ou em qualquer outra localidade escolhida de comum acordo por seus membros, podendo-se realizar, inclusive, por meio de qualquer sistema de vídeo ou audioconferência. **§ 1º.** A convocação prevista no *caput* deste artigo poderá ser realizada por carta, telegrama, fax ou e-mail, ficando dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **§ 2º.** O *quorum* de instalação de reunião do Conselho de Administração requer a presença de no mínimo 1/2 (metade) dos membros integrantes do colegiado. **§ 3º.** A reunião do Conselho de Administração será presidida preferencialmente por seu Presidente em exercício, que designará um dos membros para secretariar os trabalhos, em caso de ausência ou impedimento do Secretário. **§ 4º.** As deliberações do Conselho de Administração exigirão, para serem aprovadas, o voto favorável da maioria dos membros integrantes do colegiado, observado o voto de qualidade exclusivamente do Presidente do Conselho de Administração em caso de empate nas deliberações. **§ 5º.** Não sendo alcançado, após duas convocações sucessivas, o *quorum* de instalação, a matéria será submetida à decisão da Assembleia Geral, para tanto imediatamente convocada pelo Presidente do Conselho de Administração e nos casos previstos em lei. **§ 6º.** As deliberações do Conselho de Administração serão registradas em ata, lavrada em livro próprio e assinada por todos os conselheiros que participaram das deliberações. **§ 7º.** Compete ao Conselho de Administração, além de outras matérias a ele atribuídas por lei e neste estatuto social, decidir sobre: I - eleição e destituição dos membros da Diretoria e fixação de sua remuneração individual, observado o limite global fixado pela Assembleia Geral; II - detalhamento das funções, atribuições e limites de alçada dos membros da Diretoria, não especificados neste Estatuto; III - aprovação da política geral de cargos e salários, benefícios e remuneração variável; IV - participação em licitações ou outros procedimentos para obtenção de concessão, permissão ou autorização, dispensada a autorização para participar de licitações para prestação de serviços de telecomunicações para órgãos públicos federais, estaduais e municipais, cuja competência de aprovação fica atribuída na forma do artigo 14; V - quaisquer alterações ou modificações nos termos de concessões, permissões ou autorizações outorgadas; VI - escolha e destituição de auditores independentes da Sociedade, se julgar conveniente a sua contratação pela Sociedade; VII - estabelecimento das políticas da Sociedade referentes aos controles financeiros; VIII - aprovação de planos de negócios, planos quinquenais estratégicos, orçamentos, inclusive de capital, bem como o plano de negócios da Sociedade, e suas alterações; IX - aprovação das demonstrações financeiras para fins de submissão à Assembleia Geral e de proposta para a distribuição de dividendos relativos a períodos menores que o anual, observadas as disposições legais; X - definição dos níveis máximos de endividamento da Sociedade; XI - realização de investimentos e despesas de capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração; XII - deliberação quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Sociedade, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor; XIII - aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Sociedade; XIV - constituição, pela Sociedade, de outras pessoas jurídicas; XV - participação da Sociedade em consórcios e associações; XVI - operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento, exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Sociedade e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Sociedade, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração; XVII - aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento; XVIII - alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente e/ou direitos em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento; XIX - a assinatura por membros da Diretoria e/ou por procuradores autorizados, de qualquer contrato, ou série de contratos correlatos por evento, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo certo que a aprovação pelo Conselho de Administração não será necessária nas operações envolvendo a aquisição de bens móveis e equipamentos dentro dos limites do orçamento anual já aprovado por este órgão; XX - a celebração de qualquer contrato, independentemente do valor envolvido, entre a Companhia e seus administradores ou empresas controladas por tais administradores; XXI - a concessão de avais ou fianças, a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, a efetivação de doações e a prática de quaisquer atos gratuitos, em valores que excederem à R\$ 500.000,00, exceção feita à prestação, pela Sociedade, representada na forma do artigo 14, I ou II, em favor de seus empregados transferidos por motivo de trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada; e XXII - mediante delegação da Assembleia Geral, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; XXIII - tomar as medidas necessárias para assegurar que os centros de deliberação e implementação de decisões estratégicas, gerências e técnicas relacionadas à execução das obrigações previstas nos Contratos de Concessão celebrados entre a Sociedade e a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL estejam localizados em território nacional, em observância do disposto na Cláusula 18.3 do citado Contrato; XXIV - indicar os membros dos órgãos responsáveis pela administração e fiscalização (i) da TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social, exceto no que tange aos membros da Diretoria, dentre os quais apenas o Presidente será indicado pela Claro, cabendo ao Presidente assim eleito a competência para contratar os demais diretores e (ii) dos órgãos correspondentes em outras entidades de previdência social da Sociedade, estabelecendo os critérios apropriados de inspeção e controle para os mesmos; XXV - aprovar a celebração, pela Sociedade, de contratos de aquisição de conteúdo de vídeo internacional, bem como a manutenção ou renovação desses contratos; XXVI - aprovar a alteração de qualquer termo ou condição, término, cancelamento ou não renovação de qualquer contrato ou relação comercial entre a Sociedade e qualquer parte relacionada do Globo Comunicação e Participações S.A., celebrados até 15 de junho de 2012; XXVII - submeter à deliberação da Assembleia Geral os contratos de prestação de serviços de gerência, incluindo aqueles de assistência técnica, a serem celebrados com o acionista controlador ou com terceiros a tal acionista controlador; e XXVIII - a emissão, pela Companhia, de notas promissórias comerciais (*Commercial Papers*) para oferta pública de distribuição, independentemente do valor. **§ 8º.** Nas matérias listadas nos incisos XVI a XIX e no inciso XXI supra, cujo valor por operação esteja abaixo daqueles indicados nos respectivos itens, será dispensada a aprovação do Conselho de Administração, devendo ser formalizados em conformidade com o artigo 14 do presente estatuto. **Seção III - Dos Comitês: Artigo 11.** O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Sociedade. **Seção IV - Da Diretoria: Artigo 12.** A Diretoria da Sociedade será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais diretores com as seguintes designações: "CEO Mercado Empresarial", "CEO Mercado Pessoal", "CEO Mercado Residencial", "Diretor Executivo Jurídico e Regulatório", "Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional", "Diretor Executivo Administrativo e Financeiro", e "Diretor de Mercado de Atacado". **§ 1º.** Os Diretores serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. **§ 2º.** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores. **§ 3º.** Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de qualquer cargo na Diretoria, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração e exercerá suas funções pelo prazo restante do mandato do diretor substituído. **§ 4º.** Na hipótese da vacância descrita no parágrafo anterior do presente artigo, a Diretoria poderá ser representada por somente 01 (um) Diretor, desde que haja aprovação prévia do Conselho de Administração. **Artigo 13.** Compete a cada Diretor, além das atribuições eventualmente aprovadas pelo Conselho de Administração, agir sempre com o cuidado, diligência, ética, lealdade e probidade na condução de suas atividades e das áreas sob sua responsabilidade, sendo responsável cada um pelas seguintes atribuições: I - cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Sociedade estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo cada Diretor responsável pela área de atuação e pela unidade de negócio que lhe for atribuída pelo Conselho de Administração; II - anualmente, traçar o plano de atividades da Sociedade para implementação do plano de negócios; **Parágrafo Único.** Compete especificamente ao **Diretor de Mercado de Atacado** dirigir todos os processos de atendimento, comercialização e entrega dos produtos referentes à Oferta de Referência dos Produtos no Mercado de Atacado a que se refere o *caput* do artigo 5º da Resolução nº 600 de 08 de novembro de 2012 da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. **Artigo 14.** Exceto pelos poderes e representação isolada especificamente previstos no artigo 13 acima, em todos e quaisquer atos ou documentos que importem em responsabilidade patrimonial para a Sociedade, ou que de outra forma a obriguem, deverá(ão) constar, obrigatoriamente, para fins de representação social, assinatura(s), da seguinte forma: I - a assinatura de pelo menos 02 (dois) Diretores; II - a assinatura de 01 (um) Diretor atuando em conjunto com 01 (um) procurador, nomeado conforme o § 1º deste artigo; III - a assinatura de 02 (dois) procuradores com poderes específicos, nomeados necessariamente por dois Diretores da Sociedade; e IV - a assinatura de 01 (um) Diretor ou de 01 (um) procurador nomeado conforme o parágrafo primeiro deste artigo, atuando isoladamente, com poderes específicos para representar a Sociedade nos atos e documentos relativos a processos de licitações públicas, bem como em quaisquer outros atos ou documentos expressamente indicados pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das outras formas de representação previstas neste estatuto. **§ 1º.** A Sociedade representada de acordo com o previsto no inciso I do *caput* deste artigo poderá constituir procuradores, especificando no instrumento de mandato

continua →

